

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

DANTE ZAPPAROLI CAMILO

QUEM CONTA A HISTÓRIA:

**Uma análise da cobertura de feminicídios na *Folha de S. Paulo* durante a
pandemia de *covid-19***

BAURU-SP
2025

DANTE ZAPPAROLI CAMILO

QUEM CONTA A HISTÓRIA:

**Uma análise da cobertura de feminicídios na *Folha de S. Paulo* durante a
pandemia de *covid-19***

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo,
da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como exigência parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Assoc. Angela Maria Grossi.

BAURU-SP

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

C183q

Camilo, Dante

QUEM CONTA A HISTÓRIA: : Uma análise da cobertura de
feminicídios na Folha de S. Paulo durante a pandemia de covid-19 /
Dante Camilo. -- Bauru, 2025
78 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Jornalismo) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura,
Artes, Comunicação e Design, Bauru
Orientadora: Angela Maria Grossi

1. Análise de Conteúdo. 2. Feminicídio. 3. Gênero e comunicação.
4. Jornalismo. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANTE ZAPPAROLI CAMILO

**QUEM CONTA A HISTÓRIA: Uma análise da cobertura de feminicídios
na *Folha de S. Paulo* durante a pandemia de *COVID-19***

BANCA EXAMINADORA

Bauru, 23 de junho de 2025.

Prof^ª. Assoc. Angela Maria Grossi

Orientadora e presidente da banca

Prof^ª. Dr. Liliane de Lucena Ito

Prof^ª. Assoc. Maria Cristina Gobbi

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que passam ou passaram por qualquer tipo de violência. Também foi feito para os filhos, parentes e entes queridos que perderam alguém especial por meio do feminicídio. Sigam firmes.

AGRADECIMENTOS

Creio que existam muitas pessoas a quem eu deva agradecer por estar completando esta monografia. Vou começar agradecendo aos que não estão mais entre nós, como meu avô Valdomiro que me guiou pela infância e parte da adolescência para ser a melhor pessoa que eu poderia ser, que me ensinou o que é o amor paterno e que nem sempre ele é fácil de se manejar.

Agradeço também a minha tia Carla, base sólida de quem eu sou hoje em dia, que me acolheu desde criança e me fez crer que eu poderia alcançar o que eu quisesse, se eu colocasse um pouquinho de vontade. Minha avó Dolores também não poderia ficar fora dessa, crescer com ela não foi fácil – ela era muito rígida sendo avó e muito amorosa sendo professora, mas que me deu todo o suporte necessário para estar aqui escrevendo estes agradecimentos, te amo vó. Ainda no tópico familiar, não poderia deixar de citar meu primo Vinícius e meus irmãos Maria Clara e Pedro Henrique, que são, em suma, o motivo de lutar todos os dias para conseguir uma condição melhor para eles.

Meus amigos também deveriam estar aqui em algum momento, os que se foram com o passar dos anos e os que me acompanharam e puxaram minha orelha pela minha procrastinação com esta monografia, então meu obrigado a: Micael, Nathaniel, Bruno, André e, especialmente, Pedro. Sei que sou péssimo em demonstrar carinho, Pepe, mas todas as noites que você me ajudou a dormir me fez acordar querendo ser uma pessoa melhor.

O pessoal da Central de Laboratório de Informática (CLI) também me deu uma grande ajuda nesses meses finais, principalmente Bia e Fábio que me apoiaram e me deram um impulso para escrever os capítulos que pareciam extremamente longos e impossíveis de se passar. Não vou esquecer o acolhimento e as risadas que dei nesse lugar.

Por fim, agradeço à minha orientadora Angela Grossi, que teve paciência e me guiou por todos esses meses com calma e companheirismo. As convidadas da banca também devo agradecer, Maria Cristina Gobbi e Liliane Ito, foram essas mulheres fortes que me fizeram entender meu lugar dentro da universidade e saber que eu também pertencço à ela.

A Universidade Estadual Paulista foi e ainda é uma montanha russa fazer parte de você, mas estou grato por ter sido acolhido e escolhido para este meio. Me fez perceber que a vida não é fácil, mas quando se tem as pessoas certas ao seu redor, qualquer inferno se torna paraíso, muito obrigado.

“Eu não me vejo na palavra

Fêmea: Alvo de caça

Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa

Traçar de novo a estrada

Ver cores nas cinzas

E a vida reinventar”

– Francisco El Hombre, “Triste, Louca ou Má”

RESUMO

O feminicídio é um problema de escala social, jurídica e, até mesmo, midiática. A disseminação de notícias que colocam as vítimas como autoras de seus próprios assassinatos é de grande dimensão, especialmente quando vemos elas serem divulgadas em jornais tradicionais, os quais seguem um padrão elitista e, muitas vezes, machista. Esta pesquisa se baseia em analisar o jornal *Folha de S. Paulo* durante os anos de 2020 a 2022, quando a pandemia de Coronavírus-19 estava em alta, para ver como o aumento da convivência vítima-agressor iria impactar nas notícias expressas pela *Folha*. Para isso, usamos da metodologia de Análise do Conteúdo seguindo o exemplo de Bardin (1977) para estudar tal evento, sendo assim, um estudo qualitativo empírico que se baseia na análise de manchetes e notícias postadas pelo jornal *Folha* em sua edição digital. Durante a pesquisa, percebemos que por mais que seja uma divulgação policial e sem a procura de fontes que deem a entender que trabalham com a violência de gênero, a *Folha* não comete tantos deslizes quanto outros jornais tradicionais, mesmo que ainda foque em casos elitizados. Por fim, entendemos que ainda há melhorias que possam ser feitas dentro do contexto das editorias que cobrem casos de feminicídio.

Palavras-chave: Feminicídio; comunicação social; gênero e sociedade; pandemia; violência contra a mulher.

ABSTRACT

The femicide is a problem on a social, juridical and even mediatic scale. The dissemination of news that puts the victim as an author of their own murders is of a big dimension, specially when we see them being shared in traditional journals, which follow an elitist and, many times, sexist. This research is based on analysing the *Folha de S. Paulo* journal during the years of 2020 until 2022, when the pandemic of Coronavirus-19 was being extremely divulged, to see if the higher convenience of victim-aggressor would impact the news expressed through *Folha*. For this, we used the methodology of Content Analysis following the example of Bardin (1977) to study this event, being like this a qualitative empirical study that is based on the headlines and news that were published by *Folha's* journal in its digital edition. During the research, we saw that even if it had a lot of policial divulgation and doesn't search to find more specialized fonts that work with gender violence, the *Folha* doesn't do that many mistakes as other traditional journals, even if it still focus a lot in elitist cases. In the end, we understand that there are still fix-ups that can be done inside of the context of the editorials that cover femicide cases.

Key-words: Femicide; social communication; gender and society; pandemic; violence against women

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O PAPEL DO JORNALISMO	14
2.1 Jornalismo digital	19
2.2 Jornalismo social	20
2.3 A subjetividade no jornalismo	26
3. MAPA DA VIOLÊNCIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO	29
3.1 Gênero e o feminismo	32
3.2 Dados sobre a violência de gênero	40
3.3 Violência doméstica e feminicídio	47
3.4 Feminicídio: ato hediondo ou passional?	51
4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	53
4.1 Pré-Análise	56
4.2 Análise do material	59
4.3 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

1. INTRODUÇÃO

Ângela Diniz, em 1976, foi o primeiro grande caso brasileiro a ser coberto como feminicídio. Na época ainda não tínhamos a configuração de crime que temos atualmente, já que a lei que define o que é ou não feminicídio foi criada apenas em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff (PT). Mas mesmo assim, notícias saíam em todos jornais e era manchettato em revistas e até mesmo na televisão. O poeta e escritor Carlos Drummond de Andrade, na ocasião da morte da atriz, comentou, dizendo: “Aquela moça continua sendo assassinada todos os dias e de diferentes maneiras. [...] Estão quase conseguindo provar que Ângela matou Doca” (Andrade *apud* Bernardo, 2023, s.p.).

Drummond não estava errado ao dizer isso, na mídia atual vemos cada dia mais casos de feminicídio que são tratados de forma equivocada, colocando a mulher como principal vilã de sua própria morte. É a partir dessa percepção, divulgada inicialmente por Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2022) que esta monografia surge. A discussão proposta pelas jornalistas, diz que as mulheres são mortas várias vezes, muito além da morte física, mas também por meio de notícias de jornais que não fazem juz ao assassinato de tais.

Outro fator importante sobre esta monografia é que temos uma limitação de tempo para nossa pesquisa, sendo ela os anos de 2020 a 2022, os quais trazem consigo a pandemia de Coronavírus-19 que fez com que o mundo todo ficasse em isolamento por quase três anos. Com isso, como veremos no capítulo três, este isolamento fez com que casos de violência doméstica aumentassem, o que nos leva a crer que o feminicídio cresceria de igual escala – já que este é a epítome das agressões em um relacionamento conjugal ou familiar, meios que fazem um caso ser considerado feminicídio nos dias de hoje.

A escolha do jornal analisado, *Folha de S. Paulo* se deu por dois motivos: o primeiro por ser um jornal de alta circulação no contexto nacional, sendo superado somente pelo *O Globo* segundo dados do Mídia Dados em 2023; o segundo, se trata por querer saber mais sobre o Estado em que nos encontramos, já que algumas manchetes que veremos retratam o feminicídio dentro de São Paulo e região.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender *como e se* o jornal *Folha de S. Paulo* perpetua a violência de gênero.

Como objetivos específicos, nossa intenção foi:

- Analisar se os dados trazidos por Oliveira e Rodrigues (2022) ainda estão de acordo com o nosso cotidiano;

- Verificar se o cenário que vivemos contemporaneamente é machista e violento;
- Analisar como a mídia tradicional traz suas manchetes, se elas tem um quê progressista e dentro dos padrões esperados a partir de manuais de redação sobre como comentar sobre violência de gênero ou se seguem outro caminho, indo para a direção oposta – e a direção em que estamos trabalhando; onde a mídia tradicional mata mais de uma vez as vítimas de feminicídio;
- Entender, assim, como a mídia, em especial o jornal objeto de análise, retratou os relatos de feminicídio entre março de 2020 a março de 2022.

Também percebemos durante a pesquisa que, tratar sobre feminicídio é um tabu. É muito mais fácil categorizar como homicídio do que contemplar a palavra feminicídio – que se dá a morte pela simples questão da pessoa em questão se identificar com o gênero feminino. Sendo assim, a categorização do crime se torna mais difícil de ser posta, o que faz com que os dados levantados sejam diferentes do que acontecem na realidade. Copello (2012, p. 129) comenta que esses “fundamentos científicos para qualificar esses crimes cuja dimensão audiência ainda permanece no escuro”.

A pesquisa é dividida em cinco capítulos, sendo este inicial uma introdução ao tema e explicando, brevemente, o que iremos abordar nos capítulos decorrentes. No capítulo seguinte, iremos destrinchar a importância do jornalismo na contemporaneidade, desde seu surgimento no século XVII (Charron; Bonville, 2015), até o jornalismo digital. Também passaremos neste percurso, pelas ideias de jornalismo humanitário e a subjetividade dele, comentando autores como Ijuim (2017) e Moraes (2022).

Seguindo, iremos nos aprofundar no mapa da violência de gênero, onde iremos analisar os Atlas da Violência de 2021 a 2023, além de discutir questões de gênero provenientes de Butler (2003) que discorre sobre o gênero – sendo este algo fluido ou construído apenas pela questão biológica.

Chegando ao quarto capítulo, chegamos à metodologia e nesta seção analisaremos 26 matérias e manchetes publicadas entre 13 de março de 2020 a 13 de março de 2022, que retratam casos de violência de gênero – nem sempre parando apenas no feminicídio. Bardin (1977) será nossa guia neste trajeto, nos ajudando a compreender por meio da Análise de Conteúdo o que vemos e, de certa forma, analisamos a partir deste material separado.

Por fim, chegamos às considerações finais, as quais irão concluir nossa discussão sobre as manchetes de feminicídio analisadas no capítulo anterior e fechar o enquadramento que envolve toda concepção desta monografia – a violência de gênero em mulheres que não morrem apenas na vida real, mas são mortas novamente e novamente por meio de palavras.

Por meio dessas páginas escritas, deve-se ter em mente que o feminicídio não é um crime quieto, ele tem marcas, ele tem gritos e ele tem pedido de ajuda. Se o feminicídio acontece, a culpa não é de sua vítima, mas sim do Estado. Ferreira (2020, p. 17) traz consigo este pensamento de que se deve “assegurar os direitos à informação, assistência, proteção e reparação às vítimas. Se uma mulher foi agredida, estuprada ou morta, houve falha nessa rede proteção. É dever do jornalista apurar quando e como o Estado falhou”.

Dessa forma, daremos início a discussão a partir de uma breve história sobre a criação do jornalismo na modernidade até os dias atuais.

2. O PAPEL DO JORNALISMO

Para começarmos a nossa discussão sobre o papel do jornalismo na divulgação de feminicídios, precisamos voltar aos primórdios e repensar o que é o jornalismo na nossa realidade atual.

Marcondes Filho (2000) comenta que:

O jornalismo é a síntese do espírito moderno: a razão (a verdade, a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie. (Marcondes Filho, 2000, p. 9).

No entanto, ao mesmo tempo que ele se baseia nesse quesito positivo do jornalismo – do saber e da verdade, o método jornalístico também se vê órfão quando há o questionamento sobre os alicerces da modernidade e se vê desorientado quando o jornalismo tradicional começa a “perder terreno diante da sedução midiática irracional e mágica (TV) e da hegemonia das técnicas do final do século” (Marcondes Filho, 2000, p. 9).

Ciro Marcondes Filho (2000) explica como o jornalismo surgiu e como ele se posiciona com o jornalismo contemporâneo do século XXI. Para ele, o jornalismo teve seus primórdios em 1630, com a pré-história do jornalismo, onde o jornal se portava com produtos semelhantes a livros de poucas páginas, com o intuito de informar o público sobre os acontecimentos da monarquia. Porém, o jornalismo é resultado da Revolução Francesa, a qual aconteceu no século XVIII, sendo que os jornais nessa época eram, sobretudo, armas na luta política, tendo relações estreitas com causas sociais e políticas (Traquina, 2012).

O jornalismo surge com o intuito de expandir a luta por direitos humanos, além de ser também símbolo de “desconstrução” do poder das Igrejas e Universidades – o que antes ficava preso nas bibliotecas de monastérios, agora começa a ser entregue nas ruas, o que faz com que haja o enfraquecimento das instituições religiosas, tendo as teses de Martinho Lutero sendo parte das consequências que o jornalismo moderno.

Após esse momento inicial, o jornalismo passou por várias mudanças, as quais podem ser divididas em fases. O primeiro jornalismo, segundo Marcondes Filho (2000), começa em 1789 e vai até a metade do século XIX, sendo a fase de “iluminação, tanto no sentido de exposição do obscurantismo à luz quanto de esclarecimento político e ideológico” (Marcondes Filho, 2000, p. 11). Nesse momento, a época burguesa faz com que tudo devesse ser exposto, tentativamente mostrado; isso foi, de fato, algo radical que faz com que, aos poucos, a informação seja superexposta – isso a despotencializa, esvazia o fato pelo seu excesso.

Ainda nessa época, o jornalismo começa a mudar dentro de si mesmo, deixando de ser um instrumento dos políticos para ser uma força autônoma – mesmo que ainda existissem, sim, jornais e revistas que fossem liderados por escritores e políticos e que mantinham seu potencial erudito. Durante essa fase de jornalismo literário, os fins econômicos são jogados para segundo plano; sendo que estes jornais, agora escritos de forma autônoma, são escritos com fins pedagógicos e de formação política (Marcondes Filho, 2000).

Mais para o final da primeira fase do jornalismo, vemos um declínio na imprensa. Enquanto de um lado, “a imprensa popular ganhava as ruas, estimulando campanhas operárias, as lutas socialistas, as conquistas sociais” (Marcondes Filho, 2000, p. 12), o outro começava a se aproximar de ideais capitalistas, “na qual todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas” (Marcondes Filho, 2000, p. 13).

O segundo jornalismo surge como uma grande empresa capitalista, a qual surge a partir de inovações tecnológicas que a metade do século XIX nos propicia em relação a produção jornalística. Desta vez, o jornalismo tem o alicerce de auto-sustentação – ele deixa de ter caráter político-educacional e percebe que para se manter em circulação, ele precisa se autofinanciar. Há uma queda na quantidade de escritores que ajudam na criação de jornais, sendo estes rebaixados a “servidores, criados, ajudantes de mercado” (Marcondes Filho, 2000, p. 13).

Ainda nesta segunda fase, percebe-se que há uma inversão de importância quanto a sua atividade noticiosa – na qual o valor das notícias dá lugar ao preço de sua monetização. Com isso, começa a existir a venda de espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência da economia. Os jornais se tornam um negócio que pode render lucros, o que faz com que haja o aumento de número de tiragens, esse novo produto que é vendido são as notícias – das quais, se baseiam em “fatos”, não mais em “opiniões” (Traquina, 2012).

Foi durante o século XIX, também, que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. Durante as décadas do século XIX, ganha-se um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda (Traquina, 2012).

Há uma tendência, que irá durar até o final do século XX, que o fazer do jornal progressivamente vai se tornar um amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias – e é com essa nova imprensa que o jornalismo lidará, com suas buscas pelas notícias, o caráter e a aparência de neutralidade, em suma: o “caráter libertário e independente” (Marcondes Filho, 2000, p. 14). Esse processo fica sendo conhecido como “imprensa de

massa”, na qual se percebe o desaparecimento da liberdade e a obtenção de mais entretenimento.

Traquina (2012) vê o avanço do jornalismo de forma, relativamente, semelhante. Para ele, existem três vertentes fundamentais para o seu desenvolvimento: a) a sua expansão, que começou no século XIX com a expansão da imprensa, explodindo no século XX com a expansão de novos meios de comunicação social, como o rádio, a televisão e até mesmo a internet; b) a sua comercialização, que teve verdadeiramente início no século XIX com a emergência de uma nova mercadoria – sendo ela a informação e a notícia; e, por fim, o polo econômico do campo jornalístico estava em face da emergência do pólo intelectual com a profissionalização dos jornalistas e uma consequente definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação em uma democracia.

Foram vários os fatores que fizeram com que o século XIX fosse a “época de ouro” da imprensa, sendo elas: “a evolução do sistema econômico; os avanços tecnológicos; fatores sociais; e a evolução do sistema político no reconhecimento da liberdade rumo à democracia” (O’Boyle, 1968 *apud* Traquina, 2012, p. 35).

Nos Estados Unidos, o número de jornais publicados a nível nacional duplicou entre 1830 e 1840 – enquanto a população aumentou em 33%, a circulação de jornais aumentou em 187% (Schiller, 1979).

Foi também no século XIX, que houve uma massificação da escolarização, com instituições de escolas públicas, permitindo com que um número crescente de pessoas aprendessem a ler, mesmo que de forma rudimentar (Traquina, 2012).

Com o desenvolvimento e o crescimento das empresas jornalísticas, há a necessidade do jornalismo de se modificar, criando assim o terceiro jornalismo – ele se dá por meio dos monopólios de notícias; no entanto, este é suscetível há problemáticas com as ameaças de guerras e governos totalitários que permeiam a primeira metade do século XX.

Outro principal ponto que fez diferença na expansão do jornalismo foi a conquista de direitos fundamentais, como “a liberdade, cerne de lutas políticas seculares que incendiaram revoltas e revoluções, valor central da emergência de um novo conceito de governo – a democracia” (Traquina, 2012, p. 40).

O jornalismo consegue refletir muito bem a aventura da modernidade – sendo, assim, a melhor síntese do espírito moderno; porém, ele também é ligado com o processo de desintegração da atividade jornalística, do seu enfraquecimento por processos que “já não buscam mais a ‘verdade’, que não questionam a política ou os políticos, que não apostam numa evolução mais humana” (Marcondes Filho, 2000, p. 15). Assim, se associa muito a uma

sociedade decadente e niilista. Sua decadência teria a ver com a crise da cultura ocidental, tendo como pano de fundo as mudanças do fim da modernidade.

O que o jornal não transmitiu a seus leitores foi o fato de que uma máquina tão impressionante não poderia ser utilizada sem um gasto financeiro considerável, e que os custos mal poderiam ser cobertos com o produto de venda (Jaenicke, 1972 *apud* Marcondes Filho, 2000, p. 22).

Marcondes Filho (2000) ainda atribui que no início, os jornais possuíam um caráter de seguir a política, enquanto se mantinham financeiramente ligadas a bases econômicas de forma leviana; no entanto, com o passar do tempo, esse cenário foi mudando, fazendo com que houvesse cada vez mais apoios econômicos que viriam à frente do que o jornal pensava e discutia. Habermas (1965) comenta:

No início, em meio a uma grande imprensa motivada em primeira lugar pela política, a passagem de empresas isoladas para bases puramente econômicas representava apenas uma possibilidade de investimento lucrativo; logo, contudo, isso passou a ser uma necessidade para todos os diretores de jornal (Habermas, 1965 *apud* Marcondes Filho, 2000, p. 22).

Por volta dos anos de 1970, o quarto jornalismo se inicia. Com essa fase, há o enriquecimento das assessorias de imprensa, que dispõe materiais comunicativos aos veículos de comunicação e o uso exacerbado das novas tecnologias e da “comunicação eletrônica, pelas redes, de formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações” (Marcondes Filho, 2000, p. 30).

Com o começo da “virtualização” iniciada na década de 1970, a passagem do papel para as telas foi surgindo de maneira gradual, fazendo com que o jornalista se submeta “à lógica imaterial da tecnologia (mais difundida nos meios visuais)” (Marcondes Filho, 2000, p. 31). Segundo Caroline Bufelli (2020), isso pode ser visto até os dias de hoje, já que a produção do jornalismo digital não cria um espaço geográfico, não precisa da impressão ou de estarem em papel para serem lidos.

Outro ponto apontado se refere ao conteúdo das notícias e do trabalho produzido pelo jornalismo, já que há momentos que “favorece certas linguagens e deprecia outras” (Marcondes Filho, 2000, p. 31). Com o avanço da tecnologia, as imagens começam a ganhar um peso maior dentro das notícias, com um maior destaque. É comum, na atualidade, ver por meio do jornalismo digital que as matérias jornalísticas são produzidas em tamanhos menores, sendo mais rápidas de serem lidas em suas telas (Bufelli, 2020).

Dentro dessa mesma nova orientação do jornalismo, assuntos associados ao curioso, ao insólito, ao imageticamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ser “informa-se sobre o mundo” para ser “surpreender-se com pessoas e coisas”. (Marcondes Filho, 2000, p. 31, grifos do autor).

Outros autores, como Charron e Bonville (2015), creem que o jornalismo como conhecemos se baseia em “um longo processo de institucionalização de uma forma específica de discurso público e como a apropriação progressiva desse discurso por uma coletividade de redatores profissionais que, só a partir do século XIX, passamos a chamar de jornalistas” (Charron; Bonville, 2015, p. 234). Segundo eles, existem quatro fases que são baseadas em diferentes paradigmas: jornalismo de transmissão, jornalismo de opinião, jornalismo de informação e jornalismo de comunicação; para isso, se parte do princípio que a prática é mutável, acompanhando o espírito de seu tempo.

Ainda segundo os autores, o jornalismo de transmissão – século XVII – se restringia ao impressor como um elo entre as fontes e o leitor (Charron; Bonville, 2015), que não permitia o desenvolvimento de uma identidade discursiva por parte dos profissionais da imprensa.

No século XIX, o paradigma dominante torna-se o jornalismo de opinião, o qual foi concebido no meio de um mundo cheio de transformações, principalmente das instituições políticas. Para eles, há a criação de um sistema partidário quando “o gazeteiro, transformado em editor, põe o jornal a serviço das lutas políticas” (Charron; Bonville, 2015, p. 29). Boa parte do financiamento dos jornais dessa época, como dito de forma anterior, se baseava no recolhimento de fundos por seus leitores; assim, o jornalismo de opinião se torna a prática um lugar de expressão e combate político. É neste período que os redatores “são os primeiros a serem chamados de jornalistas profissionais” (Charron; Bonville, 2015, p. 32).

Nas últimas décadas do século XIX, com a intensificação de práticas comerciais, melhorias de tecnologia de transporte e produção de bens, o jornalismo passou a ser mais acessível a uma maior parcela da população – e é assim conhecido como jornalismo de informação. A publicidade passa a ser algo importante, já que esta financiou sua atividade e permitiu a distribuição em larga escala (Wilbert, 2022). Sendo assim, o jornalismo começa a se organizar de maneira mais presente como modelo de negócio e que se “os empresários percebem que, se abandonarem os debates políticos, fonte de divisão da população, em proveito de conteúdos mais suscetíveis a interessar um grande número de leitores [...] os jornais poderão incrementar substancialmente seus ganhos” (Charron; Bonville, 2015, p. 29). Isso ocorre, principalmente, nas grandes cidades norte-americanas desde meados da década de 1880 até se tornar dominante em 1920.

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, novas práticas são atribuídas à profissão, colocando-a como jornalismo de comunicação. Seus principais pontos se referem ao intenso crescimento tecnológico – incluindo também a internet e o jornalismo digital. Diante disso, “os próprios profissionais de informação devem se preocupar tanto de distinguir dos seus concorrentes como se preocupar mais com as preferências do público” (Charron; Bonville, 2015, p. 30), deixando assim “transparecer mais abertamente sua subjetividade e tentar estabelecer com o público cada vez mais especializado laços de convivência e de intersubjetividade” e considerando “[...] para avaliar o significado do acontecimento, é preciso situá-lo no complexo de acontecimentos de mesma natureza, [...] o acontecimento torna-se, por assim dizer, a gota que faz transbordar o copo” (Charron; Bonville, 2015, p. 171).

Tendo entendido a história do jornalismo, precisamos entender agora como ele se adaptou às mídias digitais, abandonando seu estado etéreo de jornalismo impresso e indo para o jornalismo digital.

2.1 Jornalismo digital

Assim como vimos ocorrer com o jornalismo tradicional, o jornalismo digital também apresenta diferentes fases de transformação até se estruturar como vemos hoje em dia. A sua primeira fase, foi logo no início do jornalismo produzido para a internet, ocorrendo uma simples transposição do jornalismo impresso para as telas (Bufelli, 2020). As matérias online eram cópias das matérias impressas, sem nenhuma nova produção exclusiva para o meio digital.

Com o avanço tecnológico, surge a segunda fase do jornalismo digital. Essa fase ainda é voltada para a transposição de matérias do papel ao digital, sendo preso ao que se publicava na forma física do jornal. No entanto, agora alguns detalhes começam a surgir como forma de experimentar o novo universo que se abre com os avanços tecnológicos (Bufelli, 2020). Alguns exemplos de novidades que vem com essa fase são os links para outras matérias, e-mail como forma de comunicação entre veículos e o público, debate em fóruns da internet e todo um novo espectro de inovações que o hipertexto oferece (Mielniczuk, 2001).

A terceira fase do jornalismo digital ocorre quando a internet começa a ser vista como um lugar de possível investimento de capital. Junto com os meios empresariais, as editorias de comunicação começam a enxergar possibilidades para o uso da internet, principalmente com

novas linguagens. É nesse momento que o jornalismo digital começa a tomar forma (Bufelli, 2020).

O Brasil é considerado um dos países que mais consome notícias na internet, segundo pesquisa feita pelo Reuters Institute for Study of Journalism; segundo ela, 70% dos internautas brasileiros usam a internet como fonte de notícia, sendo seguido pela televisão e pela mídia impressa. Além disso, também é dito que os brasileiros lideram o índice de compartilhamento de notícias por meio das redes sociais/email – sendo, em média, 47% dos usuários, sendo também os que mais comentam o noticiário em redes sociais – por volta de 44%.

Sendo assim, Vernieri (2019) por intermédio de Levy (2003) crê que a ideia que a mídia online e o webjornalismo se distingue como meio privilegiado de informar, conectar e pautar debates simultâneos da sociedade civil, por permitir maior visibilidade às lutas discursivas.

O webjornalismo tem uma facilidade a mais para chamar a atenção para crimes hediondos, como o feminicídio. Isso se dá pelo engajamento que esses crimes e essas notícias dão ao serem divulgadas amplamente pela internet. Vernieri (2019, p. 51) comenta que essa atividade jornalística está vinculada a “uma organização, que visa lucros e, para faturar mais, precisa de acessos”.

Essa breve contextualização é importante para esta monografia já que as inferências que iremos fazer durante o quarto capítulo deste trabalho será baseado no jornalismo digital feito por jornais tradicionais como *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, ao mesmo tempo que deve-se considerar portais de notícias como o *AzMina* e *Catarinas* para uma visão contra-hegemônica do assunto em questão – a análise de coberturas jornalísticas do feminicídio brasileiro durante os anos de 2020 e 2022.

2.2 Jornalismo social

Para Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021), noticiar é uma forma de narrar. As pesquisadoras comentam sobre como o jornalismo tem papel fundamental na divulgação de casos de mortes por feminicídio e, com isso, possuem um papel importante em dar nomes corretos aos casos de mortes matadas que abrangem as mulheres brasileiras.

Não são somente elas que tratam o jornalismo como algo de caráter social. Wilbert (2022, p. 17) afirma que devemos considerar que o jornalista, muito além de reproduzir fatos,

também deve ser responsável por oferecer recursos “para que as mazelas sociais sejam compreendidas”, citando logo em seguida Beltrão (2006, p. 26):

Diremos primeiro que fazer jornalismo é informar. [...] Contudo, a única função da imprensa – já vimos – não é informar pura e simplesmente sobre os fatos e ideias em curso na sociedade, mas também examiná-los à consideração pública; propor soluções, estabelecer e fundamentar ensinamentos deles extraídos.

Alsina (2009, p. 14) também traz consigo o ponto de que “a notícia é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. Park (2008, p. 51), por sua vez, crê que a notícia “se estabelece como algo que faz as pessoas falarem”, além de ter a função de “orientar o homem e a sociedade no mundo real”.

O jornalismo como conhecemos hoje se resume a um conhecimento que se tornou “indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura” (Genro Filho, 2012, p. 11). Segundo Adelmo Genro Filho, essa forma de conhecimento é dotada de uma práxis, pois ao passo de que as notícias se conectam com o gênero humano, há a possibilidade de mudar a realidade (Wilbert, 2022); sendo assim, o jornalismo não apenas informa, mas é uma ferramenta importante para mudanças nos valores sociais. Fairclough (2016) também afirma que a atuação do jornalismo é uma das constituintes da estrutura social, enquanto simultaneamente a reproduz.

Adelmo Genro Filho (2012, p. 172) afirma que o jornalismo é uma forma de conhecimento que se baseia no singular, o que representa “o único, o factual, o fenomênico, o atual, o acontecimento”. Sendo assim, os acontecimentos são a matéria prima das notícias com que “o critério jornalístico de uma informação está indissolivelmente ligado à reprodução pelo ângulo de sua singularidade” (Genro Filho, 2012, p. 172).

Assim, o critério de valor da notícia vai depender da universalidade que ela expressa; na universalidade é exposto o contexto, como os fatos se conectam com o todo, a explicação lógica da realidade que converge e determina as particularidades (Wilbert, 2022). Dessa forma, é necessário um conhecimento prévio da essência, do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político no qual se situa – sendo assim, cabe ao jornalismo não apenas repetir o fenômeno, mas de reconhecer o quadro de particularidades possíveis em que esse fato social é produzido e como será consumido pelo público (Genro Filho, 2012; Pontes, 2015 *apud* Wilbert, 2022).

Deveria, assim, existir um equilíbrio entre a apresentação do singular, do particular e do universal, possibilitando assim uma maior compreensão dos fatos, transformando o singular, matéria prima do jornalismo, em “algo que transborda sua relação meramente

funcional com a reprodução da sociedade” (Genro Filho, 2012, p. 198). Portanto, não basta noticiar o fato explorando apenas o caráter singular.

O jornalismo precisa, assim, realizar um esforço consciente de sintonizar o fato – singular – com suas particularidades e universalidades, precisando situar o fato no seu contexto e nas condições em que ocorre (Wilbert, 2022).

Para Fabiana Moraes (2022, p. 12), o jornalismo também é “um lugar de traduzir as coisas do mundo – a economia, a política, a ciência, a cultura, etc. – para um público maior, mas essa tradução simplificada não significa simplismo”. A autora ainda destaca que “essa tradução deve informar criticamente e ir além de ‘ouvir os dois lados’, outro totem do binarismo prático-epistêmico que permeia um fazer que é, por si, complexo” (Moraes, 2022, p. 12).

No trabalho de um jornalista, a mínima mudança na frase dita e ouvida pode causar uma confusão de sentidos em quem lê a matéria, fazendo com que a transmissão de sua mensagem não seja tão clara quanto se pretendia que fosse. Cada pessoa irá analisar as informações de acordo com as suas próprias vivências e percepções de mundo (Wolf, 1987).

Quando pensamos sobre os casos de feminicídio que foram parte de uma cobertura jornalística, precisamos lembrar algumas orientações que a Agência Patrícia Galvão nos traz – esta sendo um exemplo de pesquisas sobre o jornalismo e gênero para a produção de reportagens que situem a mulher em crimes violentos, como estupro e homicídio. Segundo a Agência:

[a imprensa] tem a responsabilidade social de alertar, conscientizar e sensibilizar a respeito da gravidade do problema da violência contra as mulheres e também ao contextualizar o problema e cobrar dos órgãos responsáveis a qualidade e abrangência dos serviços prestados (Agência Patrícia Galvão, 2016, s.p.).

Isso se daria por esta “possuir um papel estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas e pode contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre a forma mais extrema de violência de gênero: o feminicídio” (Agência Patrícia Galvão, 2016, s.p). Wilbert (2022) também reitera que esse apontamento feito pela Agência Patrícia Galvão, também pode ser encontrado no manual *Universa*, feito pela UOL, na qual afirma que o dever do Estado é “assegurar os direitos à informação, assistência, proteção e reparação da vítima. Se uma mulher foi agredida, estuprada ou morta, houve falha nessa rede de proteção. É dever do jornalista apurar quando e como o Estado falhou” (Ferreira, 2020, p. 17).

Fabiana Moraes (2022, p. 10) comenta que “é preciso pensar justamente em que conceitos, abordagens e perguntas que fazemos sobre as questões que nos interpelam

socialmente, ou seja, em como se constitui essa pele da notícia produzida”. Segundo a autora, essa decisão se inicia quando pensamos na pauta jornalística, quando se há a definição de o que merece virar notícia e de quais lados se ouvirá a história; normalmente, em casos de crimes – como no feminicídio – a fonte primária costuma ser a polícia. No entanto, “não se pode esquecer que a polícia é fonte de informação e, como qualquer outra fonte, precisa ter suas versões checadas, avaliadas e equilibradas” (Christofoletti, 2008, p. 59).

Cremilda Medina (2011, p. 29) comenta que “o autoritarismo institucional acentuou a limitação de vozes no circuito da comunicação coletiva”; isso pode ser uma forma de impedir o alcance das pluralidades das fontes procuradas, prejudicando a função conscientizadora do jornalismo, já que cria um espaço mínimo para que haja diferentes pontos de vista (Wilbert, 2022).

Ainda comentando sobre a questão do jornalismo social, temos o documento dos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, onde consta em seu Terceiro Princípio sobre a questão da responsabilidade social, na qual cita:

Informação em jornalismo é compreendida como bem social e não como uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade em relação à informação transmitida e isso vale não só para aqueles que estão controlando a mídia, mas em última instância para o grande público, incluindo vários interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela agirão debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal (FENAJ, 2007, s.p.).

Wilbert (2022) ainda comenta em sua pesquisa que, ao aferir a matéria do jornalismo – na qual se encontram os fatos – estaria, ou ao menos deveria estar, contido o seu contexto, a sociedade e as marcas sociais em que ocorrem, já que são esferas que se correspondem.

O jornalismo, em si, se baseia na sociedade e no que ocorre ao nosso redor, Márcia Veiga da Silva (2014, p. 49) comenta que os discursos midiáticos estão “engendrados nas formas como as normas e valores de nossa cultura, são significados e compreendidos pelos sujeitos e grupos sociais”. Assim, pode-se crer que o jornalismo pode ser uma máquina modificadora dos nossos arredores, ao mesmo tempo que mantém o status quo da sociedade na qual está inserido que “envolve diretamente os conhecimentos de quem os produz, assim como se apoiam nos saberes dos campos socialmente legitimados (e de poder)” (Silva, 2014, p. 49).

Para que o jornalismo continue sendo uma ciência que se propõe a informar seus leitores, Fabiana Moraes (2022, p. 14) cita que os principais pontos a se manter em vista são: “apuração ampla (entrevistas, consultas bibliográficas, observação in loco); checagem de dados; confirmação e entrecruzamento de informações; escrita acessível a um público mais

amplo”. Ainda assim, sua crítica não é voltada apenas para a objetividade, mas sim uma objetividade “assentada em uma racionalidade que se coloca como universalista, construída sobre ideais humanistas racializados, generificados, sobre uma racionalidade que construiu um ‘normal’ e um ‘Outro’” (Moraes, 2022, p. 15, grifos da autora).

Outros pensadores também refletem a mesma ideia de alteridade de Moraes (2022), um deles é Ijuim (2017) que comenta, principalmente, sobre a abordagem jornalística quanto às populações marginalizadas, dizendo que “estes seres humanos não têm sido representados como pessoas, mas como caricaturas desses fenômenos” (Ijuim, 2017, p. 283).

Wilbert (2022) ainda traz em sua teoria, a pesquisadora Criselli Maria Montipó, a qual relembra que a prática jornalística “se situa diante da responsabilidade de promoção da cidadania” (Montipó, 2022, p. 197), mencionando ainda que essa postura é reafirmada pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2007) e a defesa dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Segundo Montipó (2022, p. 19), os direitos humanos e o jornalismo “estão assentados sobre densas estruturas como colonialidade, racismo, coronelismo, patriarcado, capitalismo neoliberal, capacitismo, entre outras formas de dominação”.

Kellner (2001) comenta que a função o jornalismo é a de “unir o tecido da vida cotidiana, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade” (Kellner, 2001, p. 8); com isso, no entanto, ao analisarmos o ponto de vista de que o jornalismo se baseia em instituições que oprimem socialmente passa, desta forma, a retroalimentar opressões. Ao mesmo tempo, no entanto, Kellner (2001) também propõe que a cultura da mídia também ofereça materiais nos quais muitas pessoas constroem seu próprio conhecimento de classe, etnia e raça, nacionalidade, de sexualidade, de nós ou eles (Wilbert, 2022). A cultura veiculada pela mídia também fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecno capitalistas contemporâneas (Kellner, 2001 *apud* Wilbert, 2022).

Ijuim (2017) compartilha visões similares a Kellner (2001) quanto à construção do “nós” e do “eles”, segundo o autor são “várias as motivações de ordem socioculturais que colaboram para a criação de estereótipos e a consequente discriminação destes e de outros grupos sociais” (Ijuim, 2017, p. 240). Ijuim, Koshiyama e Bortoli (2019) ainda ressaltam que enquanto houver grande parcela da população sendo regida por paradigmas elitistas e mentalidade conservadora, enquanto não houver mudanças de comunicação com o Outro, onde se perceba diferenças e igualdades, vamos continuar a demarcar guetos e segregar cada

vez mais seres humanos; assim, tendo o jornalismo como contribuidor da alimentação de intolerância às pessoas destes guetos (Ijuim; Koshiyama; Bortoli, 2019).

Ijuim (2017) delimita três situações nas quais o jornalismo pode ser desumanizante, sendo elas: i) quanto caricaturiza o ser humano, ii) quando ignora a complexidade do fenômeno e iii) quando não reconhece o Outro (Ijuim, 2017). Assim, é possível entender de que estranhar, não reconhecer o Outro é uma forma de reforçar estigmas (Wilbert, 2022).

O termo outridade aparece como “tradução” a “otherness” feito por Stuart Hall, mas, na tradução brasileira, a palavra é traduzida para “alteridade”, seguindo outros textos que definem esse mesmo tema. Ele também está associado a Gayatri Spivak (sendo conhecido como “outramento”), além de pesquisadores como Grada Kilomba e Bonaventure Ndikung, que são citados por Márcio Seligmann-Silva (2020) na tradução a partir de uma visão pós-colonial e decolonial (Moraes, 2022).

Para Ndikung (2019), a aparição de outriaridade é supostamente distensionada em exposições e eventos públicos, ela está presente na publicidade e na sua “celebração da diferença”, está presente no jornalismo e nos seus grupos editoriais formados com a perspectiva de “diversidade”; logo, esses fenômenos anulariam a complexidade e objetificariam as culturas que seriam supostamente homenageadas.

Moraes (2022) traz ainda a visão de Alex de Castro, na qual existiria a outrofobia, definida por “rejeição, medo ou aversão ao Outro”, sendo um termo genérico para englobar os diversos tipos de preconceito ao Outro, como: machismo, racismo, homofobia, elitismo, transfobia, classismo, gordofobia, capacitismo, intolerância religiosa, entre outros. Ou seja, para alguns, existem corpos que podem ser mais explorados do que outros – esse “outro”, em resumo, é mais morrível ou mais matável.

Malena Wilbert (2022) propõe em sua tese de que todos os dias vemos centenas de exemplos de que o jornalismo não vem sendo capaz de explicar histórias e fenômenos sociais complexos, principalmente os que são inspirados pelo machismo, pelo racismo, pelo heterossexismo e o classismo.

Ijuim (2012) sugere em seus trabalhos uma série de ações que seriam necessárias para uma mudança dentro do jornalismo, para que o Outro não seja apenas mais um objeto a ser especulado, mas também trazido para as pautas de forma humanizada. Dentre elas estão: i) respeitar as posições humanistas de diferentes culturas; ii) que coloque o humano como centro das preocupações; iii) que afirme a igualdade de todos eles; iv) que reconheça a diversidade pessoal e cultural; v) que procure desenvolver outros conhecimentos além dos aceitos como

verdade; vi) que garanta e afirme a liberdade de ideias e crenças e, por último, vii) que repudie a violência (Moraes, 2022).

Moraes (2022) ainda diz em seu livro que é necessário que haja “um exercício cotidiano o qual privilegie as alteridades e que entenda as marcas formadoras e indelévels de nossa outrofobia” (Moraes, 2022, p. 60), sendo necessário confrontar os mecanismos que os sustentam e promovem, já que sua manutenção também significa a manutenção do poder.

2.3 A subjetividade no jornalismo

Marcela Veiga da Silva (2014), propõe em sua dissertação – que, logo em seguida, se transforma em livro homônimo – “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção de notícias” que o “gênero também compunha as visões de mundo que estavam a orientar inconscientemente os jornalistas na produção das notícias em todas suas instâncias” (Silva, 2014, p. 215).

Em suas pesquisas, Silva (2014) propõe uma análise crítica tanto no formato que as redações jornalísticas são feitas, ao mesmo tempo que discute como as pautas e os trabalhos jornalísticos entregues se comportam na sociedade. Segundo ela: “não apenas os lugares de poder e prestígio da empresa, mas também os processos de produção e as próprias notícias eram constituídos de uma determinada concepção de gênero e, como tal, obedeciam uma hierarquia” (Silva, 2014, p. 214). Ela ainda completa: “os atributos mais valorizados encontravam-se em consonância com os valores convencionalmente associados ao masculino” (Silva, 2014, p. 215).

Fabiana Moraes (2022) traz em sua teoria que, quando usado de forma correta, as pautas jornalísticas podem ser consideradas armas de combate. No entanto, fazer de uma pauta uma arma não é tarefa fácil, ainda mais quando o cenário brasileiro é “permeado pelo racismo e classicismo dos veículos diários, além da exotificação de populações indígenas e nordestinas, para ficar apenas em alguns exemplos” (Moraes, 2022, p. 9). Para a autora, a pauta é o local onde a reflexão sobre o mundo e a contextualização do tecido social no qual as pessoas, as situações e os seus desdobramentos se inserem; para isso, ela reforça que é importante saber diferenciar pauta de temas:

Há uma questão que precisa ser dita de saída: tema e pauta não são a mesma coisa, apesar de muitas vezes, mesmo entre jornalistas mais experientes, essa confusão ser comum. Racismo, corrupção, meio ambiente são temas guarda-chuva, nos quais há uma infinidade de possibilidades de pautas, de maneiras de enquadramento. Já um livro mostrando como os bancos e o setor imobiliário dos Estados Unidos impediram ou prejudicaram pessoas negras a ter suas próprias casas (trabalho de

Keeanga-Yamahtta Taylor, finalista do prêmio Pulitzer em 2020) nasce de uma elaboração não só do tema racismo, mas também do tema corrupção. Esse entendimento da capilaridade dos fenômenos sociais é central para construir artigos, análises, livros e reportagens. Então reformulo: toda pauta, quando tratada reflexivamente, é uma arma de combate (Moraes, 2022, p. 12).

Moraes (2022, p. 8) ainda afirma que as pautas nascem e são constituídas por “uma base racializada, generificada, hierarquizada e que se percebe como fiadora de uma humanidade e de uma verdade universal”. Ela ainda afirma em seu texto que “tanto os elementos presentes na concepção de uma reportagem, quanto os descartados são sempre escolhas políticas e, sim, também arbitrárias” (Moraes, 2022, p. 8).

Para a autora, o jornalismo é um lugar que devemos traduzir as coisas do mundo, desde economia, até os meios culturais e a ciência, tendo em vista um público-alvo grande, no entanto, essa tradução das informações não deve ser jogada ao simplismo; essa tradução deve ir além de ouvir os dois lados, informando criticamente sobre o assunto tratado.

Para exemplificar, diz que: “entre um fato e suas diferentes versões e abordagens, há sempre um jornalista e suas opiniões” (Rossi, 2005 *apud* Moraes, 2022, p. 14). Para ela, o jornalista estaria provido pela subjetividade, ao mesmo tempo que o mundo ao redor desse mesmo jornalista também seria inserido na subjetividade. O manual da Folha de São Paulo, publicou em 2018: “Embora a objetividade descritiva seja inalcançável como valor absoluto, procedimentos consagrados de apuração e redação ampliam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatos quanto possível” (Folha de São Paulo, 2018, p. 16).

A ideia de objetividade é um tanto quanto problemática no meio jornalístico, já que essa incansável busca tende a fazer com que haja reducionismos e que façamos conferir validade e confiabilidade às produções jornalísticas através de procedimentos padronizados e estáticos. Isso se dá desde seus primórdios, com a Revolução Francesa, segundo Moraes (2022).

Fabiana (2022), discorre sobre como o jornalismo atualmente está criando espaços para que haja discussões sobre raça e gênero, como quanto a criação de projetos como Entreviste um Negro ou portais jornalísticos como Catarinas, Gênero e Número e o AzMina, alguns dos quais iremos nos aprofundar no quarto capítulo dessa monografia. Para ela, esses veículos são a resposta de um cenário de baixa representatividade e apagamentos.

Como vimos no subcapítulo anterior, a relação entre o *Outro e nós* gera, em partes, uma subjetividade de termos. No jornalismo, isso tem uma repercussão negativa já que estamos sempre atrás de uma objetividade para ser posta em prática. Moraes (2022, p. 37), no entanto, redige que essa objetividade específica vem com a capacidade de “hierarquizar

humanidades, de se transmutar e de se persistir. Uma objetividade que, assim, produz e reproduz não só desigualdades sociais, mas como observa Sodré, ontológicas”. Sendo assim, não seria exagero dizer que a imprensa brasileira toma partido; sendo tendenciosa, principalmente quando enquadramos as ideologias políticas.

Além da pauta, outro grande ponto das matérias são as manchetes. Estas, segundo Sallorenzo (2018), são elaboradas respeitando uma quantidade exata de linhas e caracteres por linha, tendo como papel principal informar, enquanto ao mesmo tempo, deve ser relevante o suficiente para chamar a atenção do leitor.

Teun van Dijk observa o processo de leitura de manchetes – e de notícias no geral – a partir do viés cognitivo em *News as Discourse* (Sallorenzo, 2018). Em sua análise, van Dijk analisa que as manchetes de jornais podem ser incompletas ou tendenciosas, “promovendo macroposições de nível mais baixo para uma posição mais destacada na estrutura temática. Esse tópico tendencioso também pode influenciar na interpretação do lead” (Van Dijk, 1988, p. 144).

Outro pesquisador que Sallorenzo (2018) traz é Kozminsky, o qual conclui em seu estudo que “os títulos direcionam e conduzem a linha de raciocínio do leitor a ponto de conduzirem a compreensão do texto a partir do que anunciam” (Sallorenzo, 2018, p. 26). Logo, se o título for tendencioso, a informação que será digerida pelo leitor também será tendenciosa, partindo de uma leitura superficial ou de uma leitura mais aprofundada – isso levando em conta de que uma pessoa que lê a manchete não necessariamente irá ler a matéria completa.

Em casos de feminicídio, essas manchetes costumam – muitas vezes – a serem tendenciosas, colocando a vítima como culpada pela situação em que se encontra. Assim, iremos prosseguir até o próximo capítulo, a fim de entender melhor como a relação do gênero e do feminicídio se interligam diante da violência de gênero que se apresenta no Brasil durante a pandemia de covid-19.

3. MAPA DA VIOLÊNCIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Para entender a principal argumentação ou hipótese desta monografia, é necessário sabermos de alguns termos técnicos como o significado de feminicídio. Essa terminologia científica é vinculada a crimes de ódio, tendo surgido na década de 1970 para reconhecer e dar visibilidade à morte violenta de mulheres que eram resultantes de discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática. Ele também pode ser conhecido como “generocídio” ou “assassinato relacionado a gênero”, já que é um ato que se deriva de práticas misóginas que são fundadas ao ódio às mulheres. Sendo assim, sua história é inteiramente ligada com os movimentos de gênero e as ondas feministas que lutavam por direitos sociais às mulheres, principalmente influenciados por países como o Reino Unido e França, com a origem das sufragistas.

A primeira vez que o tema foi usado foi em 1976, pela escritora e ativista feminista, Diana Russel. Ele se deu durante o depoimento da mulher perante ao Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas (Bélgica). Após isso, juntamente com Jill Radford, Diana publicou um livro sobre o tema, que se tornou um dos principais pilares da temática, denominado “Femicide - the politics of woman killing” (Pasinato, 2011).

Para Russel (1992), femicide ou feminicídio se define como: uma grande variedade de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual, relações incestuosas e extrafamiliares de abuso sexual de crianças, agressões físicas e emocional, assédio sexual, mutilação genital, operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, a esterelização forçada, a maternidade forçada, psicocirurgia, a negação de alimento para mulheres em algumas culturas, a cirurgia estética e outras mutilações em nome do embelezamento.

Na América Latina também tivemos pensadoras que discutiam o que seria o feminicídio desde a década de 1980, sendo introduzido no México a partir de 1994 por Marcela Lagarde que, nos anos 2000, iria propor uma nova formulação da palavra que também se tornou referência para debates acadêmicos e políticos (Pasinato, 2011).

Os estudos de Lagarde, como já citado previamente, precedem o ano de 1998 – quando utilizou o termo feminicídio pela primeira vez para descrever os assassinatos na Ciudad Juárez. Segundo sua pesquisa, os casos de mortes femininas apresentavam uma similaridade: eles começavam com um cativo prolongado, em que a vítima sofria sadismo sexual, mutilação e morria por asfixia; em seguida, seus corpos eram abandonados em

espaços públicos. Nomeá-los como feminicídios dava a estes casos uma grande importância, já que os diferenciavam de casos de homicídio comuns (Vernieri, 2019).

A antropóloga mexicana propôs a criação da Lei do Feminicídio no México e atualmente se somam 16 países latinos que foram agregados a terminologia, sendo eles: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela (Pasinato, 2011); sendo que o Brasil foi o último a se posicionar quanto a retificação da lei, apenas assinando no dia 9 de março de 2015.

Existe uma diferenciação básica entre os significados de femicídio e feminicídio, sendo uma linguística e outra política, respectivamente. A distinção linguística se refere a tradução da expressão *femicide* (em inglês, na qual foi primeiramente definida) para femicídio (em castelhano, idioma que foi promulgado na América Latina e, posteriormente, difundido). Nesse caso, a tradução teria limitado a expressão que seria parecida com homicídio; referindo-se apenas como “assassinato de mulheres”. Enquanto feminicídio propunha uma definição mais política, já que dava impunidade e responsabilidade do Estado no cometimento desses crimes. Essa diferenciação, no entanto, não apresenta reais mudanças na formulação dos casos, já que ambos se referem ao fenômeno de mortes violentas de mulheres (Vernieri, 2019).

É necessário entender também que nem toda morte feminina por um homem é considerada feminicídio, já que para isso o crime deve ser premeditado com a intenção de coibir a pessoa pelo gênero que ela se apresenta ou performa, neste caso, o gênero feminino. Se, por exemplo, uma mulher morre reagindo a um assalto, isso é apenas um homicídio, não constando como feminicídio.

Em 2012, a ONU publica a Declaração de Viena sobre Femicídio (*Vienna Declaration on Femicide*), o qual reconhece como tal o assassinato de mulheres e meninas em razão de seu gênero, resultante de: violência doméstica ou violência praticada pelo parceiro íntimo; tortura e misoginia contra mulheres; práticas em nome da “honra”; prática no contexto de conflitos armados; práticas relacionadas a dotes de mulheres e meninas; assassinato de mulheres e meninas por causa da sua orientação sexual e identidade de gênero; práticas contras indígenas por causa de seu gênero; infanticídio e feticídio por seleção sexual baseada em gênero; mutilação genital; acusações de feitiçaria e outras situações relacionadas a gangues, crimes organizados, traficantes de drogas, tráfico de seres humanos e proliferação de armas de pequeno porte (Caicero-roa *et al.*, 2019).

Sendo assim, o feminicídio pode ser performedo de uma grande quantidade de variantes, sendo utilizado dez categorias de análise: feminicídio íntimo, não íntimo, infantil, familiar, por conexão, sexual sistêmico, por prostituição e ocupações estigmatizadas, por tráfico de pessoas, por contrabando de pessoas e por mutilação genital feminino (Instituto Patrícia Galvão, 2017). Assim, as definições são:

Íntimo: é a morte de uma mulher cometida por uma pessoa a qual tinha, ou tenha tido, alguma relação ou vínculo íntimo. Pode ser: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante. Também pode ser adicionado a hipótese de um amigo a qual a mulher tenha negado ter relações com ele.

Não íntimo: é a morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido com quem a vítima não possuía nenhum tipo de vínculo, como uma agressão sexual que acaba em assassinato vindo de um homem estranho. Um exemplo, pode ser a relação entre vizinhos que nunca tiveram vínculo afetivo posteriormente.

Infantil: é a morte de uma menina com menos de 14 anos de idade cometida por um homem no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder conferido com sua condição de adulto.

Familiar: é a morte de uma mulher dentro do âmbito familiar, tendo um parentesco entre a vítima e o agressor, o qual pode ser por consanguinidade, afinidade ou adoção.

Por conexão: é a morte de uma mulher que está presente durante um episódio de violência e que acaba sendo agredida juntamente com a outra vítima, podendo ser uma amiga ou parente da mesma, ou também uma mulher estranha que se encontrava no mesmo local onde o agressor atacou a vítima.

Sexual sistêmico: é a morte de mulheres que são previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas; existem duas modalidades, sendo elas: sexual sistêmico desorganizado e o organizado. O primeiro gira em torno da morte de mulheres que foram acompanhadas de sequestro, tortura ou estupro, presumindo-se que os sujeitos matam a vítima num período de tempo determinado; enquanto o segundo há a presunção de uma rede organizada de feminicidas sexuais, com um método consistente e planejado.

Por tráfico de pessoas: são as mortes de mulheres que vivem em condição de tráfico de pessoas. Por tráfico, entende-se o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, valendo-se de ameaças ou uso da força ou outras formas de coação, quer ser rapto, fraude, engano, abuso de poder, ou concessão ou recepção de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento das pessoas, com fins de exploração.

Por contrabando de pessoas: é a morte de mulheres produzida em situação de contrabando de migrantes. Por 'contrabando', entende-se a facilitação da entrada ilegal de um pessoa em um Estado do qual a mesma não seja cidadã ou residente permanente.

Transfóbico: é a morte de uma mulher transgênero ou transexual na qual os agressores a matam por sua condição ou identidade transexual, por ódio ou rejeição.

Lesbofóbico: é a morte de uma mulher lésbica na qual os agressores a matam por sua orientação sexual.

Racista: é a morte de uma mulher por ódio ou rejeição de sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos.

Por mutilação genital feminina: é a morte de uma menina ou mulher resultante da prática de mutilação genital. (ONU Mulheres, 2016, grifos nosso).

De acordo com dados da ONU (2017), em média 70 mil mulheres foram mortas no mundo. Dessas, 50 mil foram mortas por pessoas conhecidas, sendo que destas 30 mil foram mortas por companheiros ou ex-companheiros.

O Brasil se encontra no quinto lugar de países que mais matam mulheres no mundo. A cada 3 minutos uma mulher é assassinada no Estado, sendo que 90% dos crimes de feminicídio são cometidos por homens que tinham ou tiveram algum tipo de contato com a vítima de forma posterior, sendo que a casa ainda é o lugar mais perigoso para o público feminino (Oliveira; Rodrigues, 2021). Isso apenas piora quando colocamos em perspectiva a questão racial, sendo que mulheres negras têm maior incidência de serem mortas apenas por serem mulheres.

No próximo bloco iremos discutir um pouco mais sobre a questão de gênero e feminismo, o qual é de extrema importância já que temos que levar em conta que é a partir dessa luta que conseguiremos mais direitos para a sociedade, com enfoque no público feminino.

3.1 Gênero e o feminismo

Inicialmente, para entender o que é um crime de ódio movido pelo gênero das vítimas, precisamos entender o que é gênero. Muitos pensadores já tentaram colocar nas entrelinhas o que é ser de gênero x ou y; um exemplo são os livros de Simone de Beauvoir e Judith Butler, ambas pesquisadoras que tentam colocar o significado de gênero dentro do feminismo.

Uma importante contribuição de Judith Butler é a teoria queer. Esta teoria lida com o que é estranho, o que é narrado fora das normas, questionando assim o que entendemos como verdade em relação ao masculino e feminino. Assim, Butler (2003) faz uma relação de mediação cultural entre os marcadores biológicos e, por consequente, o fazer do feminismo. Para Butler (2003, p. 24), “por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído”.

Mas, o gênero é ainda mais complicado que isso. Para entendê-lo, temos que pensar nos processos como estando interconectados e inseparáveis, não bastando saber que as relações entre os sexos são construídas socialmente, mas sim, como são, por que são e de que forma se constroem os significados culturais para as diferenças entre os sexos e como se constituem no interior de relação de poder e desdobram-se hierarquicamente em desigualdade (Vernieri, 2019).

Quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são culturais, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social. Ser mulher de classe alta no Brasil, no

início do século 20, pressupunha ser delicada, ficar restrita ao espaço doméstico, ter pouca educação formal, saber bordar e costurar. Assim, elas eram ensinadas a se enquadrar nesse modelo. Hoje em dia, ser mulher pode significar algo bem diferente, e varia muito de acordo com o lugar, a classe social e o momento histórico (Piscitelli, 2008, p. 10).

Enquanto isso, Federici (2019) também faz uma análise dos papéis de gênero de acordo com a divisão sexual de trabalho, a necessidade de subjugar a mulher como ser inferior nasce da fragilidade de seus corpos, mas pelo oposto: mulheres são, por destino biológico, as únicas capazes de produzir a matéria prima mais valiosa do capitalismo: a força de trabalho (Federici, 2019). Para Federici (2019), a ideia do feminino como inferior vem da divisão sexual do trabalho e o surgimento do capitalismo.

No entanto, seria reducionista atribuir toda opressão a um fator biológico, já que se fosse assim, mulheres inférteis ou transgênero não seriam diariamente violentadas, discriminadas e mortas. Outro grande fator que precisamos levar em conta quando o assunto é gênero: a maneira distinta que as diferentes mulheres enfrentam sua condição durante a vida (Wilbert, 2022). Crenshaw (2002) comenta que além de considerar as diferenças entre mulheres e homens, precisamos também considerar as diferenças entre as mulheres, como: classe, cor, raça e orientação sexual, além de outros fatores – esses fatores influenciam diretamente como essa mulher vai viver discriminação e opressão de gênero (Crenshaw, 2002). Se essas diferenças não forem consideradas, o que ocorre é que experiências – e opressões – específicas de um grupo de mulheres serão apagadas dentro de categorias de análise mais abrangentes, como gênero e raça (Wilbert, 2022).

Angela Davis (2016), feminista e intelectual marxista, disserta sobre como historicamente as trabalhadoras e negras sempre foram preteridas, excluídas, até por outras mulheres – como as mulheres brancas e burguesas. Sobre as operárias: “no direito de serem enaltecidas como precursoras do movimento de mulheres” (Davis, 2016, p. 66) pois são aquelas que são esquecidas do movimento feminista; enquanto as líderes - ricas - “não compreendiam que as trabalhadoras vivenciavam e desafiavam a supremacia masculina de um modo particular” (Davis, 2016, p. 66).

Em sua obra “Mulheres, raça e classe” (2016), Angela Davis também comenta que as operárias, além de sofrerem com a supremacia masculina, ainda eram invisibilizadas pelo movimento feminista, isso também se dava com as mulheres negras: enquanto mulheres brancas eram consideradas cidadãs inferiores, mulheres negras sequer eram consideradas cidadãs. Davis (2016) também ressalta um discurso que foi feito em 1851 pela ativista

abolicionista Sojourner Truth no Congresso das Mulheres de Ohio, nos Estados Unidos. Durante essa ocasião, “não foram poucas mulheres reunidas que inicialmente se opuseram às mulheres negras terem voz na convenção, e os opositores dos direitos das mulheres tentaram tirar vantagem desse racismo” (Davis, 2016, p. 72).

Para Joan Scott (1995, p. 92), “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece”. Logo, as relações de gênero são históricas e constituídas nas relações sociais, as quais são ligadas com a desigualdade e os estereótipos – onde os homens são vistos como pessoas dotadas de poder, força, virilidade enquanto as mulheres são sensíveis e fracas. Desde o início da humanidade, os traços de violência, de exploração homem pelo homem, transformou as relações de gênero, afetivas e sociais, através de dispositivos de poder e submissão (Vernieri, 2019).

Enquanto isso, para Costa (2008, p. 4), “quando falamos em relações de Gênero, estamos falando de poder. As relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal”. Vernieri (2019) fala que para tratar sobre gênero é preciso fazer referências ao sistema social de poder, lançando as diferenças entre mulheres e homens, as quais são baseadas nas normas sociais e relações dos corpos no que diz respeito a raça e a sexualidade.

Outra forma de definir gênero é trazida por Alves e Pitanguy (1985), como:

[...] uma construção sociocultural, que atribui ao homem e a mulher papéis diferentes dentro da sociedade e depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo. As identidades sociais dos homens e das mulheres são legitimadas também pelo espaço concedido nos meios de comunicação. (Alves; Pitanguy, 1985, p. 81).

Canclini (1995) também afirma que uma teoria das identidades e da cidadania atualmente deve levar em conta os modos diversos com que essas se recompõem nos desiguais circuitos de produção, comunicação e apropriação de cultura. Isso se dá pela grande circulação, cada vez mais livre e frequente de pessoas, capitais e mensagens, que passamos a nos relacionar, de forma cotidiana, com muitas culturas, o que faz com que nossa identidade não possa mais ser definida pela comunidade nacional. Essas relações também ocorrem no campo da internet, por isso a importância de refletir sobre o discurso de textos jornalísticos em relação ao feminicídio nos portais de notícias.

Saffioti (2004) ressalta que os padrões de distinção como a “ordem de gênero”, onde a estrutura de relações sociais centra no conjunto de práticas que diferenciam os corpos e os

processos sociais, ressaltando as diferenciações entre mulheres e homens, por meio de exemplos cotidianos, nos diversos contextos, como política, família e trabalho. A autora lida com as questões de que a opressão às mulheres é parte de um sistema baseado na exploração do ser pelo humano pelo ser humano.

Chauí (1985) ainda complementa que a violência contra a mulher é o resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. Essa ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo.

Ainda pensando sobre a violência de gênero, raça, sexualidade e classe, não podemos nos limitar somente ao aspecto analítico e descritivo, mas precisa ter noção de que a dimensão política que as circunstâncias históricas, simbólicas, a globalização, pode oferecer bases para compreender a violência contra a mulher. Saffioti (2004) coloca em evidência que a dominação masculina está vinculada ao sistema capitalista e racista, onde não há como separar a problemática da violência contra mulheres dos problemas gerais inerentes à sociedade capitalista e desigual, quando as mulheres, mesmo que ocupem e desempenhem o mesmo trabalho dos homens, ainda são remuneradas de forma inferior, são marginalizadas de importantes funções econômicas e políticas. Dentro disso, Scott (1995) diz que o patriarcado é uma estrutura de poder, onde gera a dominação e a exploração das mulheres pelos homens, garantindo ainda direitos sexuais e reprodutivos sobre os corpos das mulheres.

Com tudo isso dito, é possível compreender que a violência é resultado da dominação e exploração das mulheres pelos homens, pois estes foram ensinados a acreditarem que possuem o direito sobre elas. A ideologia machista é uma reprodução do patriarcado para manter o modelo de inferioridade em relação às mulheres, dominando-as e explorando-as, estando municiados do que aprenderam normativamente para praticar também a violência contra as mulheres (Vernieri, 2019).

Para Hall (2011), o feminismo foi impactante não apenas no campo teórico, mas também como movimento social o qual politizou a identidade feminina e contribuiu de forma importante para vários aspectos, como em combate à violência de gênero. Se posicionar de forma contrária ao patriarcado e reivindicar uma série de direitos civis e políticos era parte desse feminismo dito por Hall. O movimento foi um marco na luta para o empoderamento feminino, político sexual aos gays e lésbicas e lutas raciais aos negros. “Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade, uma identidade para cada movimento” (Hall, 2011, p. 45).

Constância Lima Duarte (2019) considera que o feminismo é, de uma forma mais generalizada, “todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo” (Duarte, 2019, p. 25). Por outro lado, Glaucia Fraccaro (2018) aponta a atenção para o fato de que foi construído por embates travados diretamente por mulher e que, embora muitas organizações envolvem homens, é “possível contar a história do feminismo a partir das lutas empunhadas pelas próprias mulheres” (Fraccaro, 2018, p. 16).

O feminismo inicial começou a perder força na Europa, Estados Unidos e Brasil na década de 1930, ressurgindo em seguida em 1960. Durante estes trinta anos, a feminista Simone de Beauvoir publicou, em 1949, *O segundo sexo*, onde estabeleceu uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher” (Pinto, 2010).

Em 1960, inicia-se a segunda onda do movimento feminista, que é marcado pelos direitos sobre sua sexualidade, pelo uso de métodos contraceptivos e descriminalização do aborto, violência doméstica e igualdade salarial.

Entre 1960 e 1970 muitos movimentos importantes tomaram conta do cenário mundial, influenciando o fortalecimento de ideais feministas, como: os movimentos hippies, os manifestos contra a guerra do Vietnã e, no Brasil, os movimentos de resistência contra a Ditadura Militar. As mulheres lésbicas, da classe trabalhadora e negras iniciaram a análise identitária dentro do feminismo e acreditavam que as diferenças entre raça e sexualidade eram decisivas e ajudavam a construir suas identidades e questões de opressão; nesse cenário, se fortalece o feminismo negro como movimento independente (Pinto, 2010).

A terceira onda do feminismo surge a partir da década de 1980, a qual repensa suas próprias ações e aprofunda discussões travadas nas “ondas”, focando na mudança de estereótipos, na forma como a linguagem e a mídia retratam e definem as mulheres. Durante essa fase do movimento, buscou e ampliou mais direitos para as mulheres, discutindo as questões de raça, homossexualidade e as identidades marginalizadas (Pinto, 2010).

Com as novas tecnologias tomando conta das nossas vidas e identidades, principalmente com o uso da internet e das redes sociais, surge a necessidade da quarta onda do feminismo, que ocorre por volta de 2012. Sua base é buscar pela justiça para as mulheres, a oposição ao assédio sexual nas vias públicas e ambiente de trabalho, a cultura do estupro, assassinato de mulheres por razão de gênero. O ativismo nas redes sociais dá essa força à quarta onda do feminismo (Pinto, 2010).

Observa-se que os valores prevaletentes na sociedade com relação à violência de gênero também são reiterados pelo jornalismo, pois os mesmos partem de um lugar social ao

elaborar seus discursos. Por isso, é importante que a mídia possa fortalecer as ações no sentido de conscientizar quanto à violência de gênero. Sendo assim, a mídia teria papel fundamental enquanto tecnologia de gênero, ou seja, enquanto reprodutora e construtora de sentidos sociais que ajudam a reforçar os papéis de gênero na sociedade e reforçar estereótipos (Vernieri, 2019).

Quando se fala de feminismo brasileiro, temos que lembrar de que em um primeiro momento, na década de 1830, há o destaque do trabalho de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), que foi uma das primeiras mulheres no Brasil a conquistar espaços públicos e publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa. Sua importância é de grande fator, já que é dela o primeiro livro brasileiro a tratar sobre o direito das mulheres, tendo sido publicado em 1832. Nísia também inspirou-se em outras autoras feministas com obras voltadas para as diferenças de gênero, como Mary Wollstonecraft, escritora britânica que defendia o direito à educação para mulheres, além de Olympe de Gouges (Wilbert, 2022).

Duarte (2019) propõe que, apesar da herança europeia, Nísia pode ser considerada a mãe do feminismo brasileiro, tanto por disseminar essas ideias no território nacional, quanto por se colocar em “pé de igualdade com o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as ideias estrangeiras e a realidade nacional” (Duarte, 2019, p. 27). Nísia teve suas publicações no Brasil como tradução livre, mas suas obras tinham o intuito de se adequar para o momento histórico e político do país, que pode ser percebido nas intencionais mudanças de discurso, o que pode ser interpretado não como conservadorismo, mas sim como uma estratégia ao momento político nacional, pouco aberto a qualquer atitude progressista (Wilbert, 2022). Duarte (2019), por sua vez, comenta:

Esse recuo (que à primeira vista poderia parecer uma contradição) merece ser analisado também como estratégia e consciência da realidade. Afinal, o momento brasileiro impunha não o clamor por revoluções, mas por pequenas e necessárias mudanças no comportamento masculino em relação à mulher. [...] Nossas mulheres precisavam, primeiramente, ser consideradas seres pensantes, para então pleitearem a emancipação política (Duarte, 2019, p. 29)

Foi a partir das interações de Nísia que começaram a surgir, além de livros, os primeiros jornais femininos e feministas do Brasil, entre eles o Jornal das Senhoras, o qual incentivava fortemente as mulheres a buscarem sua emancipação e reconhecimento social. Suas publicações, no entanto, eram sempre atacadas por críticos que se manifestavam “considerando as publicações de uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois destinavam-se ao segundo sexo” (Duarte, 2019, p. 30).

Essa movimentação deu origem à segunda onda, mais consistente, na década de 1870. As publicações desses jornais femininos e feministas começaram a crescer pelo país, com enfoque no “O sexo feminino”, coordenado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, a qual se tornou um membro conceituado até mesmo entre a corte portuguesa. Chegaram a ser impressos mais de quatro mil exemplares dos primeiros dez números, entre os assinantes estavam o imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel (Wilbert, 2022). Dentro da década de 1870, podiam ser mapeados mais de cem jornais destinados a mulheres, sendo que quarenta e cinco deles estavam no Rio de Janeiro (Duarte, 2016). No entanto, é importante ressaltar que muitas poucas mulheres eram alfabetizadas neste período da história; o primeiro Censo Brasil, realizado em 1872, demonstrou que apenas 81,43% da população livre era alfabetizada, desse percentual apenas 11,5% eram mulheres – as quais eram, majoritariamente, da corte e aristocracia (Duarte, 2016). É durante esse período que há o primeiro registro de intenção de voto feminino, quando em 1878, Josefina Álvares encena sua peça O voto feminino, no Teatro Recreio (Wilbert, 2022).

Novamente, com essa movimentação no meio literário e jornalístico, culminou no que Duarte (2019) considera o terceiro momento do feminismo no Brasil. Isso se dá de uma forma mais organizada com a intenção de reivindicar seus direitos, além de terem metas mais ambiciosas para a época, como: o direito ao voto, o acesso ao ensino superior e melhores posições no mercado de trabalho.

Algum tempo depois, em 1910, um grupo de intelectuais incomodadas fundou o Partido Republicano Feminista, o qual era uma organização que reivindicava um novo posto da mulher na sociedade. O partido foi concebido por mulheres que desafiavam os padrões sociais da época (Wilbert, 2022). O partido conseguiu levar às ruas uma marcha de 90 mulheres para reivindicar seus direitos políticos. Embora pareça um número pequeno, é importante lembrar que estamos falando do início do século XX: “deve-se ter presente que aquela era uma época em que a rua era interditada para as mulheres, que nela transitavam apenas por estrita necessidade, e sempre acompanhadas” (Pinto, 2003, p. 19). O Partido Republicano Feminista conseguiu resistir até o final da década de 1910, quando uma de suas fundadoras teve de voltar para Paris - onde começou a organizar a semente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

Em 1927, após anos de luta, há um primeiro reconhecimento político de cidadania feminina, quando o governador do Rio Grande do Norte aprova uma lei no estado dando direito ao voto às mulheres. É lá também que a primeira prefeita mulher da América do Sul é eleita, no município de Lajes, em 1929 (Duarte, 2019). Após três anos, em fevereiro de 1932,

o voto feminino é aprovado em território nacional, com a presidência de Getúlio Vargas. No entanto, a conquista dos direitos às mulheres acabava por aí, já que o direito ao voto pareceu acalmar os ânimos das reivindicações feministas nos anos subsequentes, não tendo nenhum avanço – isso, porém, não significava que a população feminina estivesse fora da vida pública, menos ainda da militância. A participação feminina foi importante no movimento contra os altos custos de vida na década de 1950 – mesmo que isso não fosse considerado lutas feministas “no sentido de não lutarem pela transformação da mulher na sociedade” (Pinto, 2003).

Em 1964, depois do golpe, os militares tomaram o poder para uma ditadura que durou até 1985. Foi nesse período cercados de tortura, violência e censura, que o movimento feminista brasileiro se tornou mais forte e combativo. Como diz Barsted (2016) “o engajamento das feministas na luta contra a ditadura foi fundamental para caracterizar o feminismo brasileiro como uma força política na defesa da democracia” (Barsted, 2016, s.p.). Sendo assim, esse quarto movimento da onda feminista foi marcado por lutas paralelas: tanto pela redemocratização quanto pela liberdade feminina. Foi nesse contexto que, segundo Barsted (2016), a violência contra as mulheres - principalmente a doméstica e familiar - passou a ser vista e confortada de forma mais coesa, sendo reconhecida como um problema de ordem social.

Ainda durante a ditadura, começaram a aparecer em São Paulo e no Rio de Janeiro as primeiras congregações feministas: “Eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado” (Pinto, 2003, p. 49). Como dito na citação anterior, os grupos eram pequenos e, normalmente, as mulheres entravam a partir de convites, com o intuito de promover atividades públicas. Estima-se que eram centenas, mas a dispersão tornou impossível recuperar o número preciso de grupos e suas localidades no país (Wilbert, 2022). Pinto (2003) deduz que esse foi um momento decisivo para a organização das feministas no Brasil.

Com o fim da ditadura militar, os movimentos feministas voltaram a crescer no país, com o principal fator de que os exilados, com ideais progressistas de outros países, estavam voltando para o Brasil. Aqui, as ideias cultivadas durante o exílio tinham solo fértil, o que permitiu a criação de grupos feministas acadêmicos e também a aproximação do movimento com o âmbito estatal. Foi nesse período que algumas conquistas importantes foram alcançadas, tais como: a tomada de espaços institucionais por meio do Conselho da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, a presença de mulheres nos cargos eletivos e as formas alternativas de participação política (Wilbert, 2022).

Foi assim que a mídia feminista teve uma reestruturação, com o surgimento das primeiras revistas e jornais feministas da atualidade, tais como: Nós mulheres, Brasil mulher, Mulherio, entre outros (Barsted, 2016).

Sendo assim, sabendo sobre o que se quantifica o gênero, além de ter uma breve análise da história do feminismo no Brasil e no mundo, podemos partir para a parte quanti-qualitativa da pesquisa, sendo ela os dados sobre violência de gênero.

3.2 Dados sobre a violência de gênero

Segundo dados do Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2018 - o qual considerava os dados apresentados em pesquisa de 2016, a taxa de homicídio era maior entre mulheres negras (3,1 por 100 mil) do que não negras¹ (5,3 por 100 mil), sendo uma diferença de 71%.

Em relação aos últimos 10 anos, o número de homicídios para cada 100 mil mulheres negras mortas aumentou em 15,4%, enquanto as não negras teve uma queda de 8% – sendo que em vinte estados brasileiros, a taxa de homicídio de mulheres negras cresceu no período entre 2006 e 2016, sendo que em doze deles o aumento foi de 50%.

Mas, se falarmos da evolução dos direitos femininos no Brasil, precisamos voltar algumas décadas atrás. Em 1979, por exemplo, mulheres foram para às ruas para denunciar a violência de gênero contra a mulher, estimuladas pela repercussão do assassinato da atriz Ângela Diniz que foi morta em 1976 por seu companheiro, Doca Street (Grossi, 1994). A mídia fez uma grande divulgação do caso, acusando Ângela pelo seu comportamento que era pouco conservador, colocando-a como culpabilizadora por sua própria morte. Matérias que diziam sobre sua vida pessoal e como ela vivia “entre festas, drogas e amantes” eram recorrentes no meio da mídia tradicional. Com a repercussão da morte da atriz, o movimento feminista brasileiro criou a campanha “Quem ama, não mata”.

As primeiras ações governamentais que foram criadas no sentido de incluir a temática de violência ocorreram após a redemocratização do país, com a criação da primeira delegacia especializada no atendimento às mulheres em 1985. Entre as conquistas adquiridas neste período, tivemos: Lei 8.930/1994, que estabelecia o estupro e o atentado violento ao pudor como crimes hediondos, ou seja, crimes considerados de extrema gravidade, sendo

¹ Mulheres não negras incluem mulheres brancas, indígenas e amarelas.

inaniçáveis e sem possibilidade de graça, anistia ou indulto; a Lei 9.318/1996, que agravou a pena de crimes cometidos contra mulheres grávidas, crianças, idosos ou enfermos.

No entanto, não havia nenhuma lei que protegesse as mulheres que eram violentadas em âmbito privado e doméstico, sendo que estes eram culturalmente vistos como um assunto interno, que não deveria sofrer interferências do Estado ou da sociedade – por exemplo, apenas em 1997 foi revogado o artigo 35 do Código de Processo Penal que determinava que mulheres casadas não podiam prestar queixa criminal sem o consentimento do marido (Oliveira; Rodrigues, 2021).

Em 1985, começaram a ser criadas as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs); estas atendiam mulheres em situação de violência, sendo que produziam atividades de caráter preventivo e repressivo, as quais deviam realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito pelos direitos humanos. Com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06, de 7 de agosto de 2006), as DEAMs passam a expandir medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo de 48 horas.

Além das delegacias especializadas, também foram criados centros especializados de atendimento à mulher para apoio psicológico, como Casas-Abrigo que são locais seguros que conseguem oferecer moradia para mulheres que vivem com risco de morte eminente, casas de acolhimento provisório de até 15 dias, núcleos ou postos de atendimento à mulher nas delegacias comuns, defensorias públicas especializadas para mulher, juizados especiais em violência doméstica e familiar, entre outros serviços. De acordo com dados divulgados em 2014 pelo Governo Federal, o Brasil possui mais de 1.027 serviços especializados em atendimento à mulher e vem aumentando por conta do crescimento de números de casos de violência de gênero registrados diariamente.

Em 2004, com a Lei nº 10.886/04, a violência doméstica foi reconhecida pelo Código Penal e é definida como qualquer tipo de lesão praticada na esfera familiar contra a mulher, sendo por membros vinculados com a mulher, como companheiros, filhos, irmãos ou qualquer pessoa que convivía com a vítima.

No ano de 2006, há a criação de dispositivos legais de combate e punição à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, a qual estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres vítimas. E, por fim, o ato mais recente de prevenção a violência doméstica e feminicídios foi a lei publicada em 9 de março de 2015, quando a ex-presidenta Dilma Rousseff, sancionou a Lei nº 13.104 que prevê que o feminicídio é um crime hediondo.

O feminicídio é uma forma de se exercer poder do gênero masculino pelo gênero feminino por meio da violência - e este termo tem várias variantes do porquê e como ocorre. Um exemplo é a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), na qual violência é “o uso intencional de força, poder físico, ou ameaças, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, cujo resultado desemboca com alta probabilidade de lesões, mortes, sequelas psicológicas, ou mau comportamento” (Krug *et al*, 2002, p.5).

Bourdieu (2007) e Chauí (1998) também possuem definições referentes aos atos de violência. No seu trabalho publicado em 2007, Pierre Bourdieu crê que a violência simbólica é invisível e se constitui de um vínculo de subjugação-submissão, resultante em dominação. Esse tipo de violência pode ser a maior delas, já que é invisível, tênue e, por isso, a mais audaciosa - sendo fortalecida por meio de mídias e produtos midiáticos. Enquanto isso, Chauí diz que a violência é tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; sendo um ato de brutalidade, abuso físico e/ou psíquico, que oprime e intimida pelo medo.

Ainda na percepção de Bourdieu (2002), os homens usam a violência simbólica para convencer as mulheres que são inferiores, embora também possam utilizar a violência física para exercer a dominação e gerar reconhecimento do discurso dominador. O autor reforça que a maior arma discursiva da violência simbólica são as diferenças anatômicas, especialmente os órgãos sexuais, que são usados como justificativa de divisão hierárquica entre homens e mulheres – esse discurso é ainda mais apoiado ao se ver que as diferenças anatômicas citadas posteriormente mantêm e difundem o *habitus*, o que torna a dominação masculina natural, definindo-se o que são atividades e comportamentos de mulher e do homem, sendo o ambiente feminino algo voltado para casa e maternidade, enquanto o masculino define-se na esfera pública.

Sendo assim, a dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser é percebido e é colocado em um estado permanente de insegurança corporal ou, melhor, em dependência simbólica. As mulheres, nesse sentido, são colocadas como objetos receptivos, esperando delas a feminilidade, submissão, contenção e até mesmo o apagão das mesmas (Bourdieu, 2002).

A violência de gênero, por exemplo, possui vários segmentos que a completam e a classificam, como: violência física, que tem como objetivo desprezar e/ou machucar o físico da vítima; violência sexual, na qual ocorre importunações sexuais; violência simbólica, que reforça os papéis e estereótipos negativos através da mídia e da sociedade; violência patrimonial e econômica, quando se apropria de direitos e bens; e a violência emocional ou

psicológica, sendo esta mais difícil de ser identificada já que é subjetiva e muitas vezes silenciosa (Saffioti, 2004).

Em 2014, o Instituto Avon e Data Popular produziram uma pesquisa com cerca de 2 mil jovens – 1.029 mulheres e 1.017 homens – com idades entre 16 e 24 anos que responderam questões sobre papéis de gênero e violência, denominado “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?”. Com as respostas adquiridas, foi possível identificar que os papéis tradicionais de homens e mulheres ainda são referência entre os jovens - sendo ainda maior nas opiniões masculinas. Os homens creem que as mulheres deveriam realizar deveres domésticos e que não possam ter comportamentos exteriores ao que pensam sobre o “ser mulher”.

O estudo também mostra que as mulheres têm diversas violências que decorrem em seu dia-a-dia, como o controle excessivo de sua privacidade – 53% das mulheres já tiveram o celular vasculhado por seus parceiros – até mesmo a questão do estupro – 9% das mulheres foram obrigadas a fazerem sexo de maneira forçada.

Durante a pandemia do Coronavírus-19, o qual é o enfoque desta monografia, temos de analisar os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 – desde o ponto de difusão do vírus, até a abertura da economia e da sociedade novamente após anos dentro de casa. Sendo assim, o Atlas da Violência de 2021, que vê os dados do ano de 2019, nos mostra que 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, um número menor que o registrado em 2018 – com uma redução de 17,3% nos números absolutos (Ipea, 2021). Ainda neste ano, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras; enquanto a taxa de homicídio em mulheres não negras era de 2,5, a mesma taxa para mulheres negras foi de 4,1 – logo, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.

Jackeline Aparecida Ferreira Romio, pesquisadora que tem como enfoque a diferenciação racial no feminicídio brasileiro, crê que violência contra as mulheres negras seja compreendida a partir de suas especificidades, afirmando que elas estão desproporcionalmente expostas a outros fatores que são geradores de violência, como as desigualdades socioeconômicas, conflitos familiares, racismo, intolerância religiosa, conflitos conjugais, entre outros (Romio, 2013).

Por sua vez, Carneiro (2003), diz que o racismo é compreendido como um eixo articulador das desigualdades que impactam nas relações de gênero. Para a pesquisadora, raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, que são construídas de forma histórica e produzem desigualdades, que são utilizadas como justificativas para

assimetrias sociais, que deixam explícito que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (Carneiro, 2017).

Quando falamos de feminicídio dentro do Atlas da Violência, não temos uma categorização focada apenas neste crime, já que este não consta nos atestados de óbito produzidos pelo sistema de saúde, já que a tipificação legal é de responsabilidade das instituições do sistema de justiça criminal. Assim, o Atlas percorre o caminho mais longo: como a literatura internacional reconhece que a maior parte dos homicídios cometidos dentro de casa são de autoria de pessoas conhecidas pela vítima (Cerqueira, 2015), os homicídios femininos ocorridos em suas residências foram utilizados como *proxy* para os feminicídios (Ipea, 2021).

Sendo assim, em 2019, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, o que representa 33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas – sendo que este percentual se aproxima do total de homicídios femininos registrados pelas Polícias Civis no mesmo ano. Tendo uma análise dos últimos dez anos (2009-2019), os homicídios nas residências aumentaram 10,6%, enquanto os assassinatos fora das residências apresentaram uma redução de 20,6% no mesmo período, o que pode nos indicar um provável crescimento da violência doméstica.

Quando procuramos a maneira como essas mortes ocorrem, temos como resultado o uso de armas de fogo (37,5%), além de arma brancas e outros tipos de arma que sejam mais utilizadas em crimes cometidos no contexto de violência familiar e doméstica, dado que a fatalidade geralmente é decorrente de um conflito interpessoal que vai crescendo e o qual o autor da violência costuma recorrer a objetos que estão mais próximos para agredir sua companheira (Gomes, 2014), sendo eles: estrangulamento/sufocação, instrumento cortante/penetrantes, objetos contundentes, entre outros meios que indicam não só a proximidade entre o agressor e a vítima, como também sinaliza a crueldade de crimes associados à discriminação e menosprezo em relação à mulher (Instituto Patrícia Galvão, 2017).

O próximo Atlas da Violência completo é o de 2023, que analisa o ano de 2022. Neste ano, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou a quarta edição da pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”; o qual nos mostra que quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão no ano de 2022 (FBSP, 2023).

Segundo o Atlas, existem três possíveis hipóteses que são bem plausíveis para o aumento de casos de violência doméstica no ano de 2022, sendo elas: a redução de 94% do orçamento para políticas de enfrentamento à violência contra mulheres feita pelo governo

Bolsonaro, as quais contemplam várias ações importantes para a prevenção de violências primárias, secundárias e terciárias; outro ponto a ser levantado foi o radicalismo político, juntamente com o conservadorismo, que reforçou os valores do patriarcado; e, por fim, a pandemia de covid-19 que também foi o alvo principal da problemática que aumentou os casos de feminicídio e violência doméstica, já que durante este: a) restringiu o horário de funcionamento de serviços protetivos, b) propiciou um menor controle social da violência ocasionada pelo isolamento, c) houve o aumento dos conflitos dados devido a convivência já que d) houveram um aumento de separações de casais, além de e) houve a perda econômica das mulheres da família.

Estas hipóteses podem ser consideradas relevantes ao ponto de que o IBGE estimou um aumento de 16,8% no número de divorciados entre 2020 e 2021; além de ter mostrado que em 2020, dos 825,3 mil postos de trabalho perdidos, por volta de 71,2% eram ocupados por mulheres. Além disso, o orçamento da Secretaria da Mulher, que pertencia ao Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, havia sido reduzido de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões entre os anos de 2015 e 2019, sendo que um levantamento feito pelo jornal *O Estado de São Paulo* apontou que neste mesmo período, os pagamentos que eram direcionados ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica recuaram de R\$ 34,7 milhões para apenas R\$ 194,7 mil.

Documento da United Nations Entity for Gender Equality and Empowerment of Women (UN Women) teve uma estimativa de que, em países como França, Chipre, Cingapura e Argentina, o isolamento tenha aumentado os casos de violência doméstica de 25% a 30% (UN Women Headquarters, 2020). Enquanto isso, o relatório produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) denuncia também que a violência contra a mulher, normalmente, tende a crescer em períodos de crise, como epidemias, vitimizando assim um grupo maior de pessoas que são vulneráveis, como idosas, mulheres com deficiência, refugiadas e moradoras de áreas afetadas por conflitos (WHO; Opas, 2020).

Dados que foram divulgados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, presente no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, indicaram que as denúncias feitas no Ligue 180 aumentaram em 14%, sendo de 37,6% o aumento no mês de abril em relação ao mesmo período no ano de 2019 (Antunes, 2020).

Em relação aos feminicídios durante 2022, vemos um aumento de 0,43 para 1,24 a partir de 2019, quando os dois indicadores passaram a evoluir paralelamente. Outro ponto interessante da pesquisa é a questão da idade das vítimas; quanto mais novas são as mulheres,

menos propensas elas são de se tornarem vítimas de feminicídio, já que refutam os valores do patriarcado. Dessa forma, há menos homicídios de mulheres dentro das residências para as faixas etárias abaixo de 24 anos, ao mesmo tempo que se observa uma relativa estabilidade nessa proporção para jovens adultas entre 25 à 29 anos; além de um aumento proporcional na letalidade de mulheres acima de 30 anos de idade.

Em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídios no Brasil, isso representa 67,4% do total de mulheres assassinadas naquele ano, além de uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil; enquanto para mulheres não negras, o percentual foi de 2,4 por 100 mil, com uma estimativa de quase 45% menor. Além disso, a taxa de homicídio de mulheres negras cresceu em 0,5%, enquanto para mulheres não negras, houve uma redução de 2,8%.

O Atlas da violência de 2023 também levou em conta outro ponto importante para esta monografia: a questão da transgeneridade, logo, de mulheres transgênero e travestis. O termo “trans” se refere aos integrantes da população denominada transgênero, a qual é composta por travestis, homens e mulheres transexuais e demais pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente (Jesus, 2012). Os dados apresentados mostram que a violência física aumentou 9,5% e a psicológica, 20,4%. Por falta de dados da segurança pública, devido a pandemia do Coronavírus-19, o Atlas traz dados de órgãos independentes que seguem a trajetória de vida de pessoas trans, como o Grupo Gay da Bahia e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

O primeiro grupo mostra que houve um aumento de 8% de mortes violentas de pessoas LGBTQI+ (Oliveira; Mott, 2022), com 276 casos em 2020 e 300 em 2021. Enquanto o ANTRA contabilizou uma redução de 20% nos assassinatos de pessoas trans e travestis no período – contaram 175 mortes em 2020 e 140 em 2021 (Benevides, 2022). Entre as vítimas travestis e trans, a faixa etária se assemelhasse, com destaque entre os 15 aos 29 anos, a qual concentra mais de 45% do total de vítimas em todas as categorias.

Além disso, também percebemos um aumento de mortes entre mulheres trans, travestis e homens trans negros, em comparação com os brancos. As mulheres trans negras concentram 58% contra 35% das brancas; os homens trans negros concentram 56% contra 40% dos brancos e, por fim, as travestis negras totalizam 65% do total contra 31% das brancas. Sendo assim, no segmento LGBTQI+, travestis negras e jovens são as mais desproporcionalmente vitimizadas.

Além desses casos se enquadrarem como feminicídio, já que seus alvos eram mulheres e travestis - ambas no enquadramento feminino de gênero; também podem ser denominados

como casos transfóbicos. A transfobia é a discriminação que decorre do preconceito contra pessoas trans, que historicamente são estigmatizadas, marginalizadas e perseguidas devido à crença da sua “anormalidade”, que decorre do esteriótipo de que o gênero atribuído ao nascimento deva ser aquele com que as pessoas se identificam. Sendo assim, qualquer manifestação que fuja da cisnormatividade - identificação com o gênero atribuído socialmente -, é considerado deletério e digno de discriminação.

Segundo pesquisa quali-quantitativa “Transrespect versus Transphobia Worldwide” da organização não governamental (ONG) TransGender Europe, que monitora a situação dos direitos humanos de pessoas trans em diferentes localidades do mundo, há a indicação de que o Brasil, entre janeiro de 2008 à dezembro de 2011, foi um dos países da América Latina que mais matou pessoas trans e travestis, com um total de 325 (39,8%) dos assassinato no período de 3 anos.

A maioria dos crimes que envolveram pessoas transgênero ocorriam em espaço público (16,42%), sendo que a maior parte trabalhava como profissional do sexo (27,82%). As vítimas são geralmente executadas com tiro (37,99%), o que pode indicar que há o planejamento por parte dos autores do crime. Também é alto o número de apedrejamentos (5,15%).

A lei não traz nenhuma especificidade sobre o assassinato de mulheres travestis e transgêneros, sendo que este depende do entendimento da autoridade judicial. No entanto, já existem alguns tribunais do país, como no Distrito Federal, que já consideravam um caso de tentativa de assassinato de uma mulher trans como tentativa de feminicídio (Ferreira, 2020).

3.3 Violência doméstica e feminicídio

O Brasil ocupa o quinto lugar em um ranking de 83 nações que mais matam mulheres. A cada minuto, duas mulheres são espancadas, a cada oito, uma mulher é estuprada. O Ligue 180, no ano de 2019, recebeu uma média de 112 relatos de agressões por dia (Ferreira, 2020). Além disso, a cada dois minutos uma mulher sofre violência doméstica física no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020. A aplicação da Lei Maria da Penha é a principal forma de defesa e proteção das mulheres agredidas, sendo que esta não restringe apenas a relações amorosas, ela também vale para violências cometidas por pai, mãe, irmão, irmã, padrasto, madrastra, filho, filha, sogro e sogra. A partir de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Lei também se aplicará a casais homoafetivos formados

por homens e a mulheres trans e travestis, como uma decisão da maioria dos votos à favor da reformulação da lei, tendo sido relatada pelo ministro Alexandre de Moraes.

A pesquisa de opinião “Violência e Assassinatos de Mulheres” (2013) realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e o Data Popular, mostra que a população brasileira só percebe que a vida da mulher está de fato em risco quando ela sofre de violência doméstica e familiar. Segundo esse levantamento, 85% das pessoas entrevistadas comentam que acreditam que as mulheres que denunciam seus parceiros ou ex quando agredidas correm um maior risco de serem assassinadas. No entanto, para outros 92% dos entrevistados, quando as agressões contra a esposa ou companheira ocorrem com frequência, pode terminar em assassinato (Instituto Patrícia Galvão, 2017).

Segundo Ferreira (2020), a violência doméstica não se explica por ciúme, descontrole ou excesso de bebida, mas sim pela posição desigual que homens e mulheres ocupam na sociedade. Isso se dá pela concepção dos papéis de gênero, que fazem com que muitos homens se sintam no direito de possuir e/ou controlar a parceira ou ex-parceira. A Lei Maria da Penha define cinco formas de violência doméstica, sendo elas:

Psicológica: Quando causa dano emocional, diminuição da autoestima ou há controle de ações e comportamentos da mulher mediante ameaça, humilhação e manipulação. Xingar, humilhar, ameaçar, chantagear, controlar tudo que a mulher faz são formas de violência psicológica.

Física: Quando atinge a integridade ou a saúde física de uma mulher. Bater e espancar; empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos são exemplos desse tipo de violência.

Sexual: Forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando ela está dormindo ou sem condições de consentir, fazer com que ela olhe ou participe de situações sexuais contra a sua vontade são exemplos desse tipo de violência. Também é violência sexual impedir a mulher de prevenir a gravidez, forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quer.

Patrimonial: Quando bens de valores econômicos ou afetivos são destruídos e controlados. Deixar a mulher sem acesso a dinheiro, destruir objetos de que ela goste, esconder objetos essenciais ao seu trabalho são algumas das ações passíveis de denúncia.

Moral: Quando há calúnia, difamação ou injúria envolvidas nas agressões. Alguns exemplos: fazer comentários ofensivos na frente de outras pessoas, expor a vida íntima do casal, inventar histórias e/ou falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes (Manual Universa para Jornalistas, 2020, s.p, grifos nossos).

Além disso, ainda falando sobre a violência doméstica e suas diversas formas de propagação, temos o termo “ciclo de violência”; sendo este introduzido na década de 1970 para explicar um padrão encontrado na maior parte dos casos de violência doméstica, especialmente entre casais (Ferreira, 2020). O ciclo é basicamente dividido em três partes: aumento de tensão, momento de explosão e lua de mel – sendo que eles têm um padrão

repetitivo. O primeiro estágio se refere ao agressor se mostrando irritado, fazendo ameaças, injúrias e reclamações exageradas sobre a rotina ou as atitudes da companheira, sendo que esta busca acalmá-lo para evitar a evolução da segunda fase.

A segunda fase, no entanto, é referente ao momento de explosão. Sendo este o momento do episódio violento, que pode ser uma agressão física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral; normalmente é nesta segunda fase que a maioria das vítimas procuram auxílio para lidar com a violência.

Por fim, chegamos a fase final e que irá fazer com que o ciclo de violência continue girando: a lua de mel. Ela recebe este nome por ser o momento em que o homem se demonstra arrependido, onde tenta agradar a mulher de várias formas e tenta convencê-la de que não haverá repetição das agressões sofridas. No entanto, o ciclo pode recomeçar em alguns dias, meses ou até mesmo anos (Delegacia da Mulher em Santarém, 2016).

Além de tudo isso, Stark (2012) prevê que existam dois modelos de formas de lidar com a violência doméstica, sendo eles: o *violent incident model* e o *coercive control model*. O primeiro está vigente desde o final da década de 1990, define violência entre parceiros como uma ofensa criminal, prevendo medidas como a restrição de acesso a vítimas, a crianças e a armas de fogo, tem como fundamento o programa de abrigos, assistência legal e outros suportes para as vítimas. Nesse primeiro modelo, o nível de perigo é observado e colocado como determinante de como a polícia responde à violência doméstica. Enquanto isso, o segundo modelo é defendido como uma forma de abordagem mais abrangente, considerando que a maioria das mulheres vítimas de violência são submetidas a um padrão de domínio, o qual inclui técnicas de isolamento, degradação, exploração e controle para além da violência física, caracterizando um padrão de abuso psicológico e emocional, que a literatura chama ora de terrorismo íntimo (Johnson, 2008) ou de controle coercitivo (Stark, 2020; Stark e Hester, 2019).

Stewart (2001) comenta que o mais confiável preditor da resposta policial é a queixa da vítima e sua disposição em apoiar e continuar com as ações policiais. Sendo assim, é necessário que as vítimas de agressões domésticas procurem os meios da justiça e denunciem os casos de violência, nem que seja uma notificação feita por familiares, amigos e vizinhos (Stewart, 2001). Muitas vezes as vítimas não procuram a delegacia por vontade de continuar naquela relação, por medo de retaliação e de que os resultados da persecução criminal não paguem os custos da vítima. Ou, pelo simples motivo de que as situações de violência podem se intensificar depois da intervenção policial.

No Brasil, cerca de um terço (29%) das vítimas de violência nunca denunciam seus agressores, enquanto menos de um terço (24%) só faz a denúncia após a terceira agressão. Só um pouco mais de um terço (36%) das mulheres vítimas denunciam na primeira agressão. As vítimas da violência tendem a sair de casa após as denúncias (67%); no entanto, das vítimas que permanecem junto aos agressores (32%), 18% continua a ser agredida, muitas raramente (40%) e algumas diariamente (20%) (Senado Federal, 2011).

Já em relação ao feminicídio, pesquisas dão conta de que a maioria dos casos com desfecho de morte é precedida por episódios de abuso físico (Campbell et al., 2003). Este mesmo estudo também aponta alguns fatores sociodemográficos que contribuem para um risco alto de feminicídio. Sendo eles: falta de emprego, baixa escolaridade, disponibilidade de armas e o uso de drogas ilícitas. Aumentam o risco aspectos como ter se separado há pouco tempo tendo coabitado com o agressor, assim como ter um filho de quem o abusador não é o pai biológico. Ameaças prévias de morte e as ameaças com armas também são fatores de alto risco para feminicídios. Segundo Campbell et al. (2003), 70% das mulheres vítimas de feminicídio foram abusadas fisicamente antes da morte pelo agressor homicida.

Smith (2019) propõe uma sequência de oito partes que envolve uma história de agressões físicas, começando elas no pré-relacionamento – com agressões que podem ser conhecidas por meio de registros policiais ou relatos de ex-parceiros; início do relacionamento – marcado por declarações de amor, possessividade e ciúmes; relacionamento – gerido por controle coercitivo; gatilhos – ameaças ao controle do agressor, geralmente causadas por um evento como separação ou iminência de uma, doença física e mental ou problemas financeiros; escalada da violência – aumento da frequência e na severidade das táticas de controle; mudança de pensamento – sentimento de vingança, injustiça ou humilhação; planejamento – compra de armas, busca de oportunidades de deixar a vítima só, perseguição e ameaças; e homicídio – podendo envolver violência extrema, desaparecimento e múltiplas vítimas.

Algo que devemos pensar também, quando se escreve uma monografia sobre a violência doméstica e feminicídio durante a pandemia, é que as dinâmicas familiares também mudam, fazendo com que os membros da casa passem mais tempo dentro de seus lares, sendo que a presença dos autores da violência (homens) e de mulher vítimas podem atingir cerca de 16 ou 17 horas de permanência dentro do lar, descontando as horas de sono. A presença de filhos passa a ser de 24 horas, já que há a suspensão das aulas e demais atividades; a situação econômica também tende a piorar, com o aumento do desemprego, impossibilidade de ganhos por parte de profissionais autônomos e informais, etc. (Madeira; Furtado; Dill, 2021).

Além de passarem a maior parte do tempo juntos, a quarentena ainda fez com que os mecanismos de dissuasão ficassem comprometidos por dois aspectos: em primeiro lugar, a mulher não pode contar com o afastamento do agressor, assim como as possibilidades de que as denúncias sejam feitas pela comunidade também serão reduzidas. Em segundo lugar, há a dificuldade de acesso à polícia e a diminuição de respostas por parte do sistema de justiça.

3.4 Femicídio: ato hediondo ou passionai?

O feminicídio é o último ato de uma sequência de atos de violência contra a mulher, sofridos no decorrer de suas relações. E, como visto anteriormente, possui uma recente forma de ser julgado, algo que levou anos e muita luta feminista para que fosse alcançado. Era comum, de acordo com o Código Criminal de 1830, que mesmo negando o direito de matar a mulher em casos de adultério, os juristas brasileiros encontravam uma maneira para manter a “tradicional honra masculina”, que era vigente no primeiro Código Civil de 1916; era-se defendido que mesmo que houvesse o assassinato de suas parceiras sob o pretexto de adultério, eles não apresentavam risco a sociedade já que era um “crime movido por amor” ou “paixão”, ou seja, o assassino estava passando por fortes emoções – e assim, foi criado o que conhecemos de “crimes passionais”.

O “criminoso passionai” [...] era pensado momentaneamente “perturbado”. Ele era entendido como vítima de uma “emoção-choque” que anulava o poder “frenador” de sua vontade, desorganizando-o psicologicamente. Era compreendido da mesma forma que o “louco” e, por isso, discutido como aquele que não poderia responder pelos seus atos perante o Direito, uma vez que não agiu por “livre-arbitrio” ao cometer o delito (Rinaldi, 2015, p. 60, grifos da autora).

A imprensa tem um grande papel na divulgação de notícias sobre o feminicídio, no entanto, a maioria de suas publicações acabam indo pelo cunho do “crime passionai”, ao invés de dar o nome correto como feminicídio ou feminicídio íntimo. Ao dizer que é passionai, dá a falsa impressão de que o crime ocorreu porque alguém não conseguiu se conter, que foi dominado pelos sentimentos, dando uma visão romantizada; quando na verdade, o feminicida “age de forma calculada e premeditada, o que se afigura como circunstância diametralmente oposta àquela que se enquadra no conceito legal do crime passionai” (Pasinato, 2011, p. 235).

Utilizar do modo passionai dos crimes faz com que o homem responsável pelo feminicídio seja ausentado do cargo de feminicida, colocando o caso como algo isolado em sua vida – focando em homens de caráter, ilibados e portadores dos melhores atributos na vida

privada (como pai, marido, filho e outras relações familiares) e na vida pública (como trabalhador, colega de trabalho, etc.). Sendo assim, o crime é tratado como algo de natureza íntima, episódico, encerrado no espaço privado, sem representar um perigo para a ordem social, contornando as tentativas de criminalização ou intervenção da justiça (Vernieri, 2019).

Tendo a análise deste capítulo em mente, iremos discutir um pouco sobre a metodologia que iremos abordar para a análise de conteúdo dos jornais tradicionais e independentes sobre o feminicídio durante a pandemia de covid-19.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa surgiu com a ideia apresentada pelas jornalistas Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2022) de que as manchetes e matérias jornalísticas tradicionais trariam consigo um viés machista que culpabilizam a vítima – no caso, a mulher que foi morta – colocando-a como agente ativo na situação, enquanto sua contraparte – o feminicida – é colocado como agente passivo, logo distante de carregar o peso que o ato de matar traz consigo.

Para isso, usamos como objeto de análise o jornal *Folha de S. Paulo*, já que este é um veículo de grande divulgação – segundo o Mídia Dados, site voltado para a divulgação de pesquisas de mídia, a *Folha de S. Paulo* vendeu em 2023 uma média de 294.847 edições digitais de seu jornal, perdendo apenas para o jornal *O Globo*, o qual na mesma época teve uma parcela de vendas de 310.705 exemplares. Além disso, ele é um jornal relativamente com custo acessível, na cotação do mês de maio de 2025, há uma promoção de pagar 1,99 por um mês de conteúdo do site da *Folha*.

A metodologia escolhida para o uso na pesquisa foi a de Análise de Conteúdo (AC), já que esta é uma boa alternativa para a análise de dados que são provenientes de veículos de comunicação, os quais buscam compreender os significados e os sentidos das mensagens, as quais vão além de uma leitura comum (Cardoso; Ghelli; Oliveira, 2021). Sendo assim, é uma pesquisa de caráter qualitativo e de caracterização empírica, já que assim proporciona uma maior familiaridade com o problema, fazendo com que ele se torne mais explícito (Vernieri, 2019).

Vernieri (2019) ainda traz que dessa forma entendemos as maneiras como os atores sociais são representados nos textos, podendo nos indicar posicionamentos ideológicos que os afetam ou realizam: “[...] os atores sociais podem ser ativados quando são representados como força dinâmica em uma ação ou apassivados (passivo a uma ação). Esse processo também pode marcar a presença do poder” (Vernieri, 2019, p. 89).

A análise de conteúdo, segundo Triviños (1987), tem uma longa trajetória em sua construção, mencionando que foram Berelson e Lazarsfeldt que fizeram com que o método ganhasse notoriedade e maturidade. Porém, Pozobon e Miranda (2015) comentam que sua criação foi feita, de fato, em 1927, sendo aplicada por Harold Lasswell.

A análise de conteúdo tem sua origem no final do século passado. Suas características e diferentes abordagens, entretanto, foram desenvolvidas, especialmente, ao longo dos últimos cinquenta anos. Mesmo tendo sido uma fase de grande produtividade aquela em que esteve orientada pelo paradigma positivista, valorizando sobretudo a objetividade e a quantificação, esta metodologia de análise de dados está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que

se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações (Moraes, 1999, p. 8).

Laurence Bardin é um dos principais nomes utilizados quando se pensa em Análise de Conteúdo, sendo que sua pesquisa foi publicada há mais de 48 anos, em 1977. Seu método é conhecido pela sua grande captação de materiais para análise, sendo possível serem: materiais, como livros, jornais e anúncios publicitários; orais, como entrevistas; icônicos, como imagens e fotografias ou até mesmo outros códigos semióticos, como comportamento (Bardin, 1977).

No entanto, os dados que são adquiridos por meio das fontes chegam em estado bruto, sendo que é a partir daí que o pesquisador irá usar de seus conhecimentos para decifrá-los.

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: [...] Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. [...] o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (Bardin, 1977, p. 39, grifos da autora).

Bardin (1977) ainda comenta que a análise de conteúdo é uma metodologia que passou por diferentes fases, que evoluiu agregando mais complexidade e alcance as suas técnicas. Em sua teoria, existe a preocupação de que “exigências de rigor e de objetividade pressentidas adquirem um caráter obsessivo, susceptível de cobrir outras necessidades ou possibilidades”, no entanto, a autora argumenta que “enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos do rigor da objetividade e pela fecundidade da subjetividade” (Bardin, 1977, p. 9).

A autora ainda destaca que na Análise de Conteúdo interessa tanto as condições de quem produz a mensagem – sendo elas o emissor e seu contexto; quanto de quem recebe os efeitos que ela irá produzir. Bauer (2008) ressalta que a Análise de Conteúdo não deve ser julgada como uma “leitura verdadeira do texto”, mas sim em uma forma de se criar uma fundamentação dos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador.

Ainda em sua pesquisa, Bardin (1977, p. 114) comenta que a análise quantitativa se funda na frequência de aparição de alguns elementos da mensagem, enquanto a análise qualitativa “[...] recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a *presença* (ou a *ausência*), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição”.

Já Franco (2008) crê que o método tem como um ponto de partida a mensagem, sendo ela verbal – oral ou escrita, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. De uma forma ou de outra, ela necessita de passar um significado e um sentido.

Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos linguísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. Sem contar com os componentes ideológicos impregnados nas mensagens socialmente construídas [...] (Franco, 2008, p. 20).

Para Gomes (2007), a análise de conteúdo pode abranger as mais diferentes obras, desde romances literários, passando por depoimentos de telespectadores de um programa e, até mesmo, para análise de livros didáticos.

Minayo (2007, p. 24) adiciona que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” – estes significados não são únicos e o texto, nem sempre, é manifesto. Os diversos significados que os dados trazem consigo podem ser de natureza psicológica, sociológica, política ou histórica (Moraes, 1999).

Moraes (1999, p. 3) ainda complementa que “[...] de certo modo a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados”, não sendo possível fazer uma leitura neutra, objetiva e completa.

De acordo com Herscovitz, no jornalismo podemos “detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramento e agendamentos” (Herscovitz, 2007, p. 123). Ainda é salientado em sua pesquisa que o método pode ser eficiente tendo em vista que “palavras, frases, imagens, sons ou parágrafos podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com o objetivo de fazer inferências lógicas sobre mensagens” (Herscovitz, 2007, p. 125).

Voltando brevemente para Laurence Bardin (1977), é possível elencar diferentes fases de desenvolvimento na Análise de Conteúdo, as quais se organizam em torno de três pólos cronológicos: a pré-análise, a análise do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A seguir trataremos cada uma destas etapas, descrevendo como serão aplicadas nesta pesquisa.

4.1 Pré-Análise

Esse é o primeiro passo para fazer uma análise, segundo Bardin (1977). Nela, o pesquisador tem três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise (*corpus*), a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação.

Para a pesquisadora, tudo começa com a escolha dos documentos, sendo a primeira tarefa do analista diferenciar quais deles, efetivamente, estão de acordo com os objetivos da pesquisa. Algumas regras são impostas para isso, como por exemplo: *regra da exaustividade*, na qual é preciso levar em conta todos os elementos do *corpus*, não deixando de fora os elementos importantes por ter um difícil acesso; temos também a *regra da representatividade*, a qual a amostragem é rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial; *regra da homogeneidade*, onde os documentos selecionados devem obedecer a critérios precisos de escolha e, por fim, a *regra da pertinência*, na qual os documentos retidos devem corresponder ao objetivo da pesquisa.

Para essa primeira etapa, foram selecionadas 26 matérias da *Folha de S. Paulo*, as quais continham a *tag* feminicídio dentro delas. A amostragem inicial, no entanto, era muito maior, possuindo por volta de 13 páginas de matérias destacadas no buscador on-line que foram publicadas entre os dias 13 de março de 2020 – início da pandemia – até dia 13 de março de 2022 – quando começaram a flexibilização das regras de convivência. Essa diminuição se deu por não serem reportagens ou notícias sobre o assunto, ou então, trazerem dados que não seriam pertinentes para a pesquisa já que o que está sendo posto em xeque nessa monografia é como o jornal retrata casos – muitas vezes em suas manchetes – de feminicídio.

Seguindo com esse princípio, podemos ver que as regras se aplicam na pesquisa aplicada nesta monografia, já que por meio da *regra da exaustividade*, pudemos analisar que dentro das 13 páginas no buscador on-line, tiramos o máximo que poderia ser lido dentro da pesquisa qualitativa. Claro, existem outras várias análises que poderiam ser feitas por meio da leitura de artigos de opinião ou porcentagem de aumento ou queda de feminicídios entre 2020 a 2022, no entanto, não se encaixavam dentro do objeto da pesquisa. A *regra da representatividade* também teve papel importante dentro do processo de escolha do *corpus*, já que partiu da ideia dada no universo inicial – quando tudo ainda estava na testagem de ideias.

A *regra da homogeneidade* foi apresentada quando tivemos de analisar quais seriam as notícias e manchetes que passariam pela filtragem de acordo com os objetivos – neste caso,

os objetivos giravam em torno de achar manchetes que levariam a matérias onde o culpado ou a vítima seriam informações importantes a serem levadas em conta e, assim, ver qual deles assumia o papel principal: a vítima ou o agressor – chegando assim, a última regra: *regra de pertinência*, a qual temos como resultado final desse funil de maneiras de chegar a um assunto sucinto e direto.

O segundo passo ainda nessa primeira fase, segundo Bardin (1977), é a formulação das hipóteses e dos objetivos. No caso desta monografia, a hipótese é de que as manchetes e notícias publicadas pelos jornais tradicionais, neste caso a *Folha de S. Paulo*, possuem um cunho machista e que muitas vezes coloca a vítima da ação – as mulheres – em pauta, ignorando os agressores e feminicidas.

Em seguida, temos a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores; os quais consideram os textos como uma manifestação contendo índices que a análise vai discutir. Neste caso, o índice e os indicadores escolhidos foram as *tags* feminicídio de março de 2020 até março de 2022, tendo como principais editoriais “Cotidiano” e “Agora - São Paulo”.

Por fim, a preparação do material é o último passo da primeira etapa. Sendo que antes da análise ser feita, é necessário que haja o agrupamento do material em questão. No caso desta pesquisa, este agrupamento foi feito por meio de uma planilha no Google Planilhas, categorizando as datas das publicações, sua editoria e sua manchete, conforme pode ser visto na Tabela 1, abaixo:

Quadro 1 - Agrupamento de conteúdo

DATA	EDITORIA	MANCHETE
12/03/2022	Cotidiano	Suspeito de feminicídio tem bens confiscados a pedido de filhos da vítima
21/02/2022	Cotidiano	Brasileiro diz ter matado mulher que foi barriga de aluguel em Bariloche
08/02/2022	Cotidiano	Homem é preso suspeito de matar mulher ao descobrir que ela estava grávida em RO
26/09/2021	Agora - São Paulo	Homem de 78 anos é preso em flagrante por morte de ex-mulher na zona sul de SP
12/09/2021	Cotidiano	Jovem de 18 anos é atropelada e morta após assédio em Itajaí (SC)
08/09/2021	Cotidiano	Ministério Público denuncia homem por estupro e morte de jovem indígena no RS
11/08/2021	Cotidiano	Indígena de 11 anos sofre estupro coletivo e é morta ao

		ser atirada de penhasco
22/06/2021	Cotidiano	Engenheiro vai a julgamento popular por feminicídio contra juíza no Rio
02/06/2021	Cotidiano	Homem mata mulher com faca em praça de alimentação de shopping em Niterói
22/05/2021	Agora - São Paulo	Mulher é esfaqueada dentro de bar na zona sul de SP e morre no hospital
10/05/2021	Cotidiano	Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão pela morte de Tatiane Spitzner
04/05/2021	Cotidiano	Julgamento de acusado de matar Tatiane Spitzner começa no Paraná
26/04/2021	Agora - São Paulo	Corpo de mulher é encontrado esquartejado na Grande SP
25/02/2021	Agora - São Paulo	Suspeito de matar a mulher após Palmeiras vencer Libertadores é solto pela Justiça
03/01/2021	Agora - São Paulo	Mulher é morta, e pais e irmão são baleados; ex dela é suspeito do crime
30/12/2020	Cotidiano	Engenheiro é denunciado por homicídio quintuplamente qualificado contra juíza
29/12/2020	Agora - São Paulo	Mulher é morta em casa com facadas nas costas na zona sul de SP
26/12/2020	Cotidiano	Laudo da polícia do Rio aponta que ex-marido deu 16 facadas para matar juíza
25/12/2020	Cotidiano	Juíza é assassinada pelo ex-marido na véspera de Natal no Rio
21/12/2020	Agora - São Paulo	Motorista confessa morte de companheira a tiros em Suzano (SP)
12/12/2020	Agora - São Paulo	Estudante de 16 anos morre estrangulada na zona leste de SP; namorado é preso
11/12/2020	Agora - São Paulo	Pedreiro liga para a PM após matar esposa e filha de 5 anos na Grande SP
13/10/2020	Agora - São Paulo	Mãe e filha são mortas em casa durante festa de aniversário na zona leste de SP
06/10/2020	Cotidiano	PM morta na Bahia tinha medida protetiva contra ex-marido desde julho
30/08/2020	Agora - São Paulo	Homem esfaqueia e mata companheira em Campinas
09/08/2020	Agora - São Paulo	Homem mata mulher grávida na frente do filho do casal

		em SP
--	--	-------

Fonte: Produzido pelo autor a partir do levantamento realizado na base de dados do jornal Folha de S. Paulo (2025).

Tendo em vista os dados coletados até agora com a nossa pré-análise, iremos desdobrar e ir mais a fundo em cada manchete selecionada das datas de 09 de agosto de 2020 até 12 de março de 2022; com o método de análise do material ensinado por Bardin (1977) em seus estudos.

4.2 Análise do material

A segunda etapa, segundo Bardin (1977) é a de análise do material que antes era colocado como dados brutos do texto, sendo feita por decomposição, classificação, agrupamento e enumeração.

Essa tarefa é feita a partir da unidade de registro, a qual codifica e corresponde ao segmento de conteúdo a se considerar como unidade base. De acordo com a pesquisa feita, a unidade pode ser: a palavra, o tema, ou mesmo os documentos em sua forma integral (Cardoso; Ghelli; Oliveira, 2021).

Esta monografia segue o preceito de temática, onde o tema consiste em descobrir os núcleos de sentido que constituem a comunicação, sendo que a frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. “O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, etc. As entrevistas, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., são frequentemente analisados tendo o tema por base” (Cardoso, Ghelli, Oliveira, 2021, p. 106).

Em segunda instância, vêm a unidade de contexto; a qual permite compreender o sentido verdadeiro dos itens obtidos, podendo repô-los ao seu contexto. Novamente, pode ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.

Segue-se também as regras de enumeração, sendo que elas giram em torno da presença ou ausência de determinados elementos ou unidades de registro, como palavras, temas e outras unidades. No sistema de Bardin (1977), elas podem ser separadas por letras quanto a temática e por número quanto a ocorrência.

Por fim, temos a categorização, a qual é um procedimento de classificação e agrupamento de dados que consideram a parte comum existente entre eles. Nesta pesquisa, seria a temática de feminicídio.

Moraes (1999) comenta que a análise do material se processa de forma cíclica e circular, sendo que os dados não falam por si; sendo necessário, assim, que haja a extração dos significados que estão presentes nesta forma bruta.

O critério de categorização pode ter várias formas, sendo eles semântico – quando origina as categorias temáticas; sintático – sendo definido por verbos, adjetivos e substantivos; léxicos, com ênfase nas palavras ou até mesmo por critérios expressivos. No caso desta monografia, a análise tem caráter semântico e léxico, focando nas manchetes e notícias da *Folha de S. Paulo* durante a pandemia do Coronavírus-19.

Quadro 2 - Análise do Conteúdo

MANCHETE	PRINCIPAIS PONTOS
Suspeito de feminicídio tem bens confiscados a pedido de filhos da vítima	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - O crime é detalhado, como "asfixia mediante a estrangulamento"; - O caso foi categorizado como feminicídio; - A foto do caso é o rosto do atuante do crime; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: trio de irmãos órfãos devido ao feminicídio, juiz Mário Roberto Negreiros Velloso, advogada Brunna Oliveira Pavanelli dos Anjos, sendo que não conseguiram falar com a defesa do feminicida.
Brasileiro diz ter matado mulher que foi barriga de aluguel em Bariloche	- O nome do atuante não é colocado na manchete; - Fernando Alves Ferreira, o autor do feminicídio, é citado no primeiro parágrafo - A matéria traz a defesa do autor, dizendo que este estava tentando "proteger sua segurança"; - A foto da matéria é a foto da vítima, não tendo nenhum indício do agressor - O crime consta como um atentado a gênero, ao ponto que um dos tiros que levou a vítima à morte foi no rosto. - O autor do crime é colocado como informação importante - Outras fontes citadas pela matéria: juiz Sergio Pichetto, polícia, o próprio feminicida.
Homem é preso suspeito de matar mulher ao descobrir que ela estava grávida em RO	- O nome do atuante não é colocado na manchete; - Gabriel Henrique Santos Masioli, o autor do feminicídio, é citado no primeiro parágrafo; - A foto da matéria é a foto da vítima, não tendo nenhum indício do agressor; - É usado de defesa de que o autor do feminicídio havia se surpreendido com a notícia e por isso teria atuado de forma que atuou; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar, a defesa do acusado não quis se apresentar, Ministério Público, pai do

	suspeito, advogada da família da vítima, primo da vítima, presidente da Ordem dos Advogados de Rondônia (OAB/RO).
Homem de 78 anos é preso em flagrante por morte de ex-mulher na zona sul de SP	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem na matéria; - Não há fotos nem da vítima e nem do agressor; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar.
Jovem de 18 anos é atropelada e morta após assédio em Itajaí (SC)	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é mencionado brevemente na matéria; - A foto utilizada foi da vítima, sem sinal do agressor; - Usa-se a configuração de que ele estava alcoolizado para diminuir o crime; - A vítima do crime é colocada como informação importante. - Outras fontes citadas pela matéria: namorado da vítima, polícia militar, juíza Anuska Felski da Silva, tia da vítima, não conseguiram a defesa do agressor.
Ministério Público denuncia homem por estupro e morte de jovem indígena no RS	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem na matéria; - Não há fotos nem da vítima e nem do agressor; - O Ministério Público é colocado como fator importante; - Outras fontes citadas pela matéria: Ministério Público, delegado responsável pelo caso, Apib (Associação dos Povos Indígenas do Brasil).
Indígena de 11 anos sofre estupro coletivo e é morta ao ser atirada de penhasco	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem na matéria; - Não há fotos nem da vítima e nem do agressor; - A vítima do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar, delegado.
Engenheiro vai a julgamento popular por feminicídio contra juíza no Rio	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - A foto da matéria é a vítima; - Há "motivação" levada pelo fim do relacionamento; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar, 3ª Vara Criminal, Ministério Público, mãe da vítima, juiz.
Homem mata mulher com faca em praça de alimentação de shopping em Niterói	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - A foto da matéria é a vítima; - Há "motivação" levada por um pedido de namoro negado; - O autor do crime é colocado como informação importante; - É uma suíte de uma notícia antiga da Folha. - Outras fontes citadas pela matéria: polícia civil, estabelecimento onde ocorreu o feminicídio.

Mulher é esfaqueada dentro de bar na zona sul de SP e morre em hospital	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem citado na matéria; - Não há fotos; - A vítima do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar, amiga da vítima.
Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão pela morte de Tatiane Spitzner	- O nome do atuante é colocado na manchete e citado na matéria; - Há uma foto da vítima com seu agressor; - O autor do crime é colocado como informação importante - É uma suíte do caso que foi discutido previamente pela Folha. - Outras fontes citadas pela matéria: juiz, advogado da família da vítima, o próprio feminicida, advogado do agressor, assistente de acusação, júri composto por sete homens.
Julgamento de acusado de matar Tatiane Spitzner começa no Paraná	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - Há uma foto da vítima com seu agressor; - O autor do crime é colocado como informação importante; - É a notícia prévia do caso de cima, sendo basicamente a mesma configuração de texto; - Outras fontes citadas pela matéria: advogado da família da vítima, advogado da defesa do agressor, júri composto por 7 homens.
Corpo de mulher é encontrado esquartejado na Grande SP	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem citado na matéria; - Não há fotos; - A vítima do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia civil, polícia militar, Secretaria da Segurança Pública (SSP).
Suspeito de matar a mulher após Palmeiras vencer Libertadores é solto pela Justiça	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - A foto presente é da vítima; - O autor do crime é colocado como informação importante - A justificativa do crime corre em torno de uma adversidade quanto a times de futebol. - Outras fontes citadas pela matéria: polícia civil, tentaram contatar a advogada do agressor - mas sem resposta, juíza da 5ª vara do Júri, Ministério Público, promotor de Justiça Fernando Bolque, irmã da vítima.
Mulher é morta, e pais e irmão são baleados; ex dela é suspeito do crime	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - A foto presente é da vítima; - O autor do crime é colocado como informação importante; - A justificativa do crime é colocada como o fim de um relacionamento; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar, mãe da vítima.

Engenheiro é denunciado por homicídio quintuplicamente qualificado contra juíza	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - Há uma foto da vítima; - O autor do crime é colocado como informação importante - É a matéria original que leva em conta a "Engenheiro vai a julgamento popular por feminicídio contra juíza no Rio"; - Profissão é usada ao invés do nome para apaziguar a situação; - Outras fontes citadas pela matéria: 2ª Promotoria de Justiça, 3º Tribunal do Júri, testemunha anônima, polícia civil, ex-namorada do agressor.
Mulher é morta em casa com facadas nas costas na zona sul de SP	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - Há uma foto da vítima; - A vítima do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar, irmão da vítima, Secretaria da Segurança Pública (SSP).
Laudo da polícia do Rio aponta que ex-marido deu 16 facadas para matar juíza	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - Há uma foto da vítima; - O autor do crime é colocado como informação importante - É a matéria original que leva em conta a "Engenheiro vai a julgamento popular por feminicídio contra juíza no Rio"; - Outras fontes citadas pela matéria: peritos, ex-namorada do agressor.
Juíza é assassinada pelo ex-marido na véspera de Natal no Rio	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - Há uma foto da vítima; - A vítima é colocado como informação importante - É a matéria original que leva em conta a "Engenheiro vai a julgamento popular por feminicídio contra juíza no Rio"; - Outras fontes citadas pela matéria: ministro Luiz Fux, Felipe Gonçalves - presidente da Amaerj (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro), presidente da AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) - Renata Gil, polícia civil, Ministério Público.
Motorista confessa morte de companheira a tiros em Suzano (SP)	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - Não há fotos; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: Secretaria da Segurança Pública, polícia militar, IML (Instituto Médico Legal) e o IC (Instituto de Criminalística).
Estudante de 16 anos morre estrangulada na zona leste de SP; namorado é preso	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - Não há fotos; - A vítima é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: Secretaria da Segurança Pública, polícia civil.

Pedreiro liga para a PM após matar esposa e filha de 5 anos na Grande SP	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - Não há fotos; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Há a desculpa que o autor do crime estava sob o uso de drogas; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia militar, próprio agressor.
Mãe e filha são mortas em casa durante festa de aniversário na zona leste de SP	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - Há foto das vítimas; - As vítimas é colocado como informação importante; - Há a desculpa que o autor do crime não aceitava o fim do relacionamento; - Outras fontes citadas pela matéria: Secretaria da Segurança Pública (SSP).
PM morta na Bahia tinha medida protetiva contra ex-marido desde julho	- O nome do atuante não é colocado na manchete, mas é citado na matéria; - Há foto das vítima; - Há a diminuição da situação ao dizer na linha fina que a vítima era vista com várias fotos com armas de fogo - A vítima do crime é colocado como informação importante; - Há a desculpa que o autor do crime não aceitava o fim do relacionamento; - Outras fontes citadas pela matéria: polícia civil da Bahia.
Homem mata mulher grávida na frente do filho do casal em SP	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - Não há fotos; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: Secretaria da Segurança Pública, polícia civil.
Homem esfaqueia e mata a companheira em Campinas	- O nome do atuante não é colocado na manchete, nem é citado na matéria; - Não há fotos; - O autor do crime é colocado como informação importante; - Outras fontes citadas pela matéria: Secretaria da Segurança Pública, polícia civil, familiares.

Fonte: Produzido pelo autor a partir do levantamento realizado na base de dados do jornal *Folha de S. Paulo* (2025).

Legenda: As células em destaque mostram as reportagens que colocam a vítima como ponto principal da matéria, ofuscando assim o agressor.

Com a análise crítica do material feita e separada, como fizemos acima, pode-se agir melhor sobre as conclusões que serão tomadas a partir do método de tratamento de resultados obtidos e interpretados no subcapítulo a seguir.

4.3 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação

Após o processo de pesquisa, catalogação e leitura dos objetos escolhidos para análise, finalmente chegamos à parte de tratá-los como resultados e colocar o que entendemos da análise qualitativa deles. Bardin (1977) diz que a interpretação proposta pelo método da Análise de Conteúdo consiste, basicamente, em descobrir por detrás do discurso aparente, o qual é geralmente simbólico e polissêmico, tendo um sentido não explícito.

Para Gomes (2007, p. 79), “[...] a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. Ainda em sua fala, o autor explica que a totalidade das falas e dos interlocutores não precisa ser abrangida de forma total, já que “a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias”.

Segundo Cardoso, Ghelli e Oliveira (2021), a validade da Análise de Conteúdo deve ser julgada não como uma “leitura verdadeira” do texto, já que este texto não tem significados únicos, mas sim como uma congruência nos materiais pesquisados e sua coerência com a fundamentação teórica da pesquisa, sendo a luz de seu objetivo.

Agora, que a teoria já foi discutida e explicada dentro dos padrões da pesquisa desta monografia, iremos analisar mais profundamente o que vimos até agora, desde a questão do jornalismo e seu papel social, passando pelas questões de gênero e principalmente suas violências, até chegarmos no nosso objeto de análise de conteúdo que nos trouxe até aqui: o feminicídio.

Para um ponto inicial, iremos diferenciar as notícias que foram suítes – ou seja, foram acompanhamento de uma notícia inicial – das demais notícias. Se aproximarmos nosso olhar aos resultados, vemos que as únicas suítes que temos são representações de pessoas em altos cargos empregatícios, como o caso da juíza Tatiane Spitzner que ocupava o cargo de advogada, a juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi e a policial Rafaella Gonçalves; nos outros casos, a profissão das vítimas se aproximam de um anonimato.

Na editoria “Agora - São Paulo” as notícias tendem a ser mais curtas e sem muitas informações sobre os casos cobertos, muitas vezes nem trazendo o nome e nem a foto dos agressores. Ainda quanto às fotos, apenas as matérias “Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão pela morte de Tatiane Spitzner” e “Julgamento de acusado de matar Tatiane

Spitzner começa no Paraná” trazem a foto do agressor, nestes casos, ele se apresenta juntamente da vítima e são notícias sequenciais do mesmo caso.

Outro ponto a se analisar a partir da Tabela 2, é que em todos os casos a polícia esteve envolvida, seja ela no âmbito civil ou militar. Advogados e juízes também foram consultados nos casos de maior repercussão – como o da juíza Viviane. Ainda nesse assunto, algo que chamou atenção durante a coleta de dados é que a *Folha* fez um painel do leitor onde os leitores discutiam o caso de feminicídio que ocorreu com a vítima além de outras notícias que envolviam a evolução do *covid-19*, tendo ainda uma coluna para dissertar sobre o mesmo assunto. Vemos assim, que a notícia de uma mulher sendo morta traz, até demais, assunto a ser debatido por pessoas, gerando cliques e engajamento para os jornais.

Das matérias colocadas em xeque, temos apenas uma que diz que o agressor está livre – lembrando que a base de dados usada foi de 13 de março de 2020 até 13 de março de 2022. Isso mostra que por mais que ele tenha cometido um crime hediondo, como o feminicídio, ele pode continuar com sua vida como se não tivesse matado sua esposa, enquanto ela, viverá o resto da vida a sete palmos do chão.

Vemos também que, em sua maioria, os homens são colocados em evidência nas manchetes – algo que não se era esperado durante a tese desta monografia. No entanto, também se percebe que as vezes que são colocados como principais pontos da manchete, eles parecem ter um quê de exaltação, como ao reafirmar a profissão de engenheiro ao invés de dizer o nome do feminicida, fazendo com que ele seja fácil de se ter empatia ou até mesmo se aproximar de uma pessoa inocente que caiu em um momento de fraqueza e cedeu aos seus instintos. Isso também ocorre com o caso que o feminicida matou a namorada – e amante – após descobrir que estava grávida ou no caso do homem que matou a barriga de aluguel em Bariloche, acusando estar doente mentalmente e pedindo ajuda para se manter estável.

Mesmo assim, ainda temos algumas matérias que apresentam a mulher como ativa na ação da frase. Essa forma de escrita causa uma culpabilização da vítima, já que Oliveira e Rodrigues (2022) creem que a sensação de que a agressão contra aquela mulher continuava na forma em que os casos eram apresentados pela mídia, especialmente em suas manchetes.

É importante ressaltar que muitas vezes, o primeiro contato com o material – no caso, a manchete – pode ser o único para um leitor que tem como objetivo passar o olho pelas informações do dia. Sendo assim, as autoras comentam que a escolha narrativa deve ser assertiva e direta; sendo que a informação deveria, assim, estar na ordem direta de: Fulano disse isso, Beltrano fez aquilo.

Oliveira e Rodrigues (2022) ainda comentam que a imprensa assume que é preciso sumir com o sujeito e/ou agente da ação nos títulos dos relatos de feminicídio e demais violências contra a mulher por questões legais e de preservação de direito dos envolvidos.

A hipótese inicial é, que, de certa forma, ainda se aplica para alguns títulos que vimos nas Tabelas 1 e 2 trazem os autores dos crimes na voz passiva, mesmo que em sua maioria a *Folha* tenha utilizado em voz direta. Nestes casos, onde a voz passiva é usada, vemos que o objeto que o objeto ocupa o lugar do sujeito, colocando a mulher como sujeito da ação em que ela é vítima.

Para explicar melhor, a voz passiva é uma construção sintática em que um objeto direto passa a ocupar a posição de sujeito. Sallorenzo (2018) explica melhor na suposição do caso de um estupro: dizer que Maria foi estuprada por João, traz que João é o agente da passiva; enquanto se formos ver da forma direta: João estuprou Maria, o objeto direto é completamente obrigatório para o entendimento da frase.

Não se pode dizer apenas que João estuprou sem que seja apresentado um objeto direto, um complemento. Mas, na segunda frase (Maria foi estuprada por João), João não virou objeto indireto, como nos faz supor erroneamente a preposição. Ele pode, inclusive, nem fazer parte da oração. Vamos conferir? Maria foi estuprada por João. Maria foi estuprada ontem à noite. Maria foi estuprada no elevador. Maria foi estuprada seguidamente. Os itens sublinhados nas frases acima são adjuntos adverbiais de tempo, de lugar e de modo. Logo, João também é um adjunto adverbial. Adjunto adverbial é item não necessário para a compreensão da frase que, na voz passiva, ficou intransitiva. Maria foi estuprada. Ponto. Por quem? Não importa, essa informação é supérflua numa construção passiva (Sallorenzo, 2018, p. 36, grifos da autora).

Sendo assim, ao colocar a mulher abrindo o título, como em: “Juíza é assassinada pelo ex-marido na véspera de natal” ou “Mãe e filha são mortas em casa durante festa de aniversário na zona leste de SP”, elas ocupam o papel de agente da ação, enquanto o seu assassino passa a ter uma função secundária na ação (Oliveira; Rodrigues, 2022). A voz passiva, assim, tem como caráter ocultar o agente da frase, logo, ocultando a responsabilidade do autor.

As autoras ainda comentam que em muitos casos, as mulheres teriam alguma responsabilidade pela sua morte, com o uso do que conhecemos como “crime passionnal” – os quais são liderados por ciúmes, fins de relacionamento, pensamentos de posse quanto a mulher-vítima. Nos casos analisados, tivemos algumas reportagens que traziam consigo desculpas do porquê o agressor haveria de ter agido dessa forma, como o uso de drogas, o desespero, fins de relacionamento mal acabados, entre tantas outras formas de tirar a culpabilização do ator da ação e passar para vítima. Além disso, temos reportagens dentro das analisadas que possuem a descrição de como o assassinato ocorreu, desde 16 facadas na

cônjuge até mesmo por meio enforcamento, crimes os quais muitas vezes são premeditados, que negam a chance de defesa da vítima, além da destruição de partes que as caracterizam como mulheres – como genitália e rosto.

Oliveira e Rodrigues (2022) citam três motivos pelos quais acreditam que essas mortes ocorram, sendo eles: os homens odiarem as mulheres, o poder que eles possuem e o pensamento de que podem fazer o que quiserem com o corpo feminino.

Também analisamos as fotos utilizadas pelas notícias que lemos, sendo que a maioria da editoria “Agora - São Paulo” não dispunham de nenhuma foto das vítimas ou do caso, mas sim referenciando a obras de artes que estavam ligadas a feminicídio; por outro lado, os da editoria “Cotidiano” da *Folha*, trazia consigo várias imagens. A maioria delas sendo das vítimas, retiradas de acervos pessoais, um ponto importante é que a maioria dessas imagens, as mulheres apareciam maquiadas ou prontas para saírem, o que aumenta a visão machista e culpabilizadora de que ela merecia o fim que teve – em um dos casos, a da policial Rafaella, ela posa juntamente a armas, algo que a notícia traz de bom grado como algo negativo da vítima, como se isso se assemelha de alguma forma ao motivo de seu assassinato.

Outro ponto de relance a ser analisado é que das 26 matérias analisadas, 5 delas envolviam uma minoria racial, neste caso 4 delas seriam voltadas para povos indígenas, enquanto a quinta seria uma mulher negra. Isso também é um choque quando na maioria das análises que havia feito durante a monografia, falar sobre a morte de minorias raciais era quase nula, mesmo que as mulheres negras sejam o maior alvo do feminicídio, como vimos no capítulo três. Esse número, relativamente, alto de casos de feminicídio com indígenas é uma bala fora da curva, já que não há dados oficiais que tratem especificamente de casos de violência doméstica ou feminicídio dentro de comunidades indígenas. Isso faz com que a criação de políticas públicas para essa população se torne mais difícil de serem feitas, além de mais escassa.

Além disso, durante as 26 matérias analisadas, vemos que os crimes contra o gênero feminino não ocorreram somente resultando na morte. Dentre elas, 3 matérias envolvem algum crime de cunho sexual – como assédio (1 caso) e estupro de vulnerável (2 casos), vemos uma maior incidência nestes crimes em meninas jovens, como as duas indígenas que foram estupradas e, em seguida, mortas. O processo desses crimes eram, basicamente, encontrar minorias sociais em situação de vulnerabilidade – em ambos os casos, as crianças estavam bêbadas – e então agir sem escrúpulos, para logo em seguida, matá-las.

Outro ponto interessante da análise é que a maioria dos crimes foram feitos com armas brancas, como facas. Isso já tínhamos discutido no capítulo três, sobre a questão de que a

maioria dos crimes de ódio a mulheres é feito com armas improvisadas e que podem ser usadas de forma simples e rápida. Em 22 casos analisados tiveram esse fim, com a mulher morta a partir de facadas no corpo – sendo que em um deles, a vítima chegou a ter 16 ferimentos feitos de faca, incluindo – novamente – a discussão de que é um crime que vai além do homicídio, sendo um crime de ódio às mulheres, já que lugares relativamente femininos foram afetados com tais facadas.

Durante o escopo de dois anos de coberturas, nenhuma notícia de trans feminicídio foi publicada, muito menos de mulheres assumidamente LGBTQIA+ – lembrando que nosso foco é a *Folha* e a *tag* de feminicídio, o que converge com os dados que vimos no capítulo três sobre uma possível alta na morte de pessoas trans.

Isso se dá, principalmente, pois raramente a morte de uma mulher trans ou travesti será colocada como feminicídio, tanto pela autoridade policial e jurídica, quanto pela imprensa; ela, normalmente, terá o caráter de homicídio (Oliveira; Rodrigues, 2022). Em uma análise superficial sobre o assunto, podemos levar em consideração que vivemos os quase 3 anos de pandemia em um governo de direita, onde a maioria dos direitos das mulheres foi revogado, isso também se dá aos direitos LGBTQIA+, já que não são e nunca foram o foco do governo bolsonarista.

Tornar-se mulher no conceito beauvorianano é uma construção social, cultural e política. Deixar de ser, isto é, ser assassinada por sua condição é também social, cultural e POLÍTICO. Morrer por sua condição nessa sociedade patriarcal é o que está reservado às mulheres pelo Estado. Destino, que não garante condições de vida e nem de memória. Após a morte física, as mulheres ainda serão assassinadas infinitas vezes, tantas quantas forem necessárias para garantir a transmissão da mensagem: não ousem, não saiam da linha, não queiram mais do que o destino lhes reservou (Oliveira; Rodrigues, 2022, p. 116, grifos nossos).

Pelo que vimos até o momento, podemos entender que a voz passiva isenta os assassinos da responsabilidade, enquanto ao mesmo tempo, transformam as mulheres-vítimas em alvos de atenção desnecessárias. Sendo assim, essas mortes nunca serão apenas físicas, mas também da memória, imagem e integridade que aquela mulher tinha previamente a morte.

As consequências do feminicídio vão além da morte da mulher, muitas vezes deixando famílias desconstruídas. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), todo ano os feminicídio deixam mais de 2 mil órfãos no país, quando o Brasil contabilizou 1.206 mulheres que foram mortas por serem mulheres, fosse “no contexto de violência doméstica, seja pelo menosprezo à condição de gênero” (Oliveira; Rodrigues, 2022, p. 152).

Por fim, para finalizarmos as interpretações e as conclusões que tivemos neste capítulo, devemos lembrar que a imprensa é detentora dos meios de comunicação, é a partir

dela que notícias surgem e são escolhidas se irão para frente ou não, as histórias de feminicídio “são histórias de mortes matadas de mulheres que precisam ser contadas como são. Com respeito e assertividade. A verdade dos fatos é dura, mas não ofende” (Oliveira; Rodrigues, 2022, p. 172).

No próximo capítulo iremos, por fim, discutir o que aprendemos depois de tudo isso que vimos e analisamos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o que foi discutido até aqui, ainda temos de nos perguntar: quem escreve as histórias que são contadas? São os jornalistas? As pautas? Talvez até mesmo o evento que levou a causar que aquela notícia fosse parar no ar?

Durante a discussão, vimos com Moraes (2022) que a resposta para essa pergunta se encontra na criação das pautas de cunho social e decolonial, deixando claro que a imprensa na contemporaneidade se mantém, sim, ao lado de uma elite branca, masculina, heterossexual e cis. Oliveira e Rodrigues (2022) concluem a mesma coisa em sua pesquisa, dizendo que as mulheres que são mortas simplesmente por serem mulheres não possuem qualquer respaldo, seja da justiça ou seja dos jornalistas que cobrem tais matérias.

É importante ressaltar que estamos falando de jornais tradicionais, a *Folha de S. Paulo* tem mais de cem anos de existência e já passou por várias fases de publicação, tendo outros nomes e mostrando apoio adverso a momentos históricos brasileiros, como a ditadura militar. Não estamos discutindo aqui jornais que tenham como enfoque gênero, como *AzMina*, *Gênero e Número* ou *Portal Catarinas*, pois estes mesmos jornais apresentavam pouco material a ser analisado quanto a nossa proposta dentro das datas estipuladas.

A *Folha*, por mais inesperado que seja, conseguiu desenvolver matérias que não fossem tão contrárias ao que os manuais de reportagem que consultamos para esta monografia nos disseram. Claro, é uma apresentação com policialização e que tem um grande enfoque em casos de elite – como a morte de advogadas, juízas ou policiais.

Isso se relaciona com os objetivos iniciais da pesquisa, os quais se baseiam na análise específica dos casos relatados entre março de 2020 a março de 2022. Ver dentro deste meio se a imprensa tem o caráter machista e violento que havíamos discutido nos capítulo dois, por exemplo.

Com a análise desses dados, chegamos à conclusão de que, no entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. O jornal ainda traz consigo desculpas para que os crimes tenham acontecido, como “raiva”, “ciúme”, “instabilidade emocional”, não trazendo consigo o verdadeiro peso de um feminicídio – onde se morre apenas por se apresentar como mulher.

O que podemos esperar, no final das contas, é que essa situação mude com a quantidade de trabalhos e manuais de escrita sendo desenvolvidos. E desejar, se possível, que a mídia tradicional entenda de uma vez por todas que ao apresentar a morte de uma mulher de forma supérflua ou leviana, você está a matando novamente, desta vez no papel, nas palavras. E isso precisa urgentemente mudar.

Algumas dificuldades que enfrentamos neste caminho foi, principalmente, a contenção de informações – com o *paywall* da *Folha*. Os filtros também apresentam as mais diversas respostas ao que se é pesquisado – já que a *tag* é colocada a partir do pertencimento da palavra no corpo do texto ou no título, então achar notícias sobre casos de feminicídio foi como minerar algo do zero. Outro ponto que se mostrou difícil, foi saber as informações das vítimas, principalmente pela editoria Agora da *Folha de S. Paulo*, onde se tinham mais notas sobre acontecimentos do que realmente notícias escritas, logo, não traziam informações como nomes ou cotidiano das vítimas, muito menos de seus agressores; somente o lugar era informado, isso quando tínhamos uma localização fixa.

No entanto, há muito a tirar de positivo desta pesquisa. Especialmente quando analisamos um jornal centenário que apresenta avanço para um caminho com menos machismo e retratos violentos dos corpos femininos. Há muito a ser estudado ainda, será que nos anos que se prosseguem – de 2022 para frente – a forma como veem o feminicídio mudou? Como outros jornais tradicionais, como o *Estadão* ou *Correio Braziliense* tratam deste assunto? De melhor forma, será que os jornais que são independentes e se dizem de mídia feminista trazem uma melhoria em como tratamos o feminicídio?

Estas questões estão longe de serem respondidas apenas com esta pesquisa, mas quem sabe outros pesquisadores ou pessoas curiosas quanto a mídia e a gênero, possam respondê-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, B.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALSINA, M. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANTUNES, L. Violência doméstica: denúncias no Ligue 180 subiram 14% nos quatro primeiros meses do ano. **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/violencia-domestica-denuncias-no-ligue-180-subiram-14-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020-24426892>.

BARAN, K. **Indígena de 11 anos sofre estupro coletivo e é morta ao ser atirada de penhasco**. Folha de S. Paulo. Curitiba. 11 de ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/indigena-de-11-anos-sofre-estupro-coletivo-e-e-morta-ao-ser-atirada-de-penhasco.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

BARAN, K. **Julgamento de acusado de matar Tatiane Spitzner começa no Paraná**. Folha de S. Paulo. Curitiba. 04 de mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/julgamento-de-acusado-de-matar-tatiane-spitzner-comeca-no-parana.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

BARAN, K. **Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão pela morte de Tatiane Spitzner**. Folha de S. Paulo. Curitiba. 10 de mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/luis-felipe-manvailer-e-condenado-a-31-anos-de-prisao-pela-morte-de-tatiane-spitzner.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

BARBON, J. **Laudo da polícia do Rio aponta que ex-marido deu 16 facadas para matar juíza**. Folha de S. Paulo. Rio de Janeiro. 26 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/laudo-da-policia-do-rio-aponta-que-ex-marido-deu-16-facadas-para-matar-juiza.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARSTED, L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil: -. In: SARDENBERG, Cecilia M. B.; TAVARES, Márcia S. (org.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: Edufba, 2016. Cap. 01. p. 8-39. Edição Kindle.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

BELTRÃO, L. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI & Cátedra Unesco, 2006.

BENEVIDES, B. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BERNARDO, A. **'Quem ama não mata': o feminicídio de 1976 que ajudou a mudar a Justiça brasileira**. BBC. Rio de Janeiro. 16 de set de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9n3eg3q4jo>. Acesso em: 01 de junho de 2025.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUFELLI, C. **A representação da mulher vítima de estupro coletivo em notícias do jornalismo digital: o jornalismo e a construção da notícia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 18ª ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, N. **Consumidores e Cidadãos**. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

CANOFRE, F. **Ministério Público denuncia homem por estupro e morte de jovem indígena no RS**. Folha de S. Paulo. Porto Alegre. 8 de out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/ministerio-publico-denuncia-homem-por-estupro-e-morte-de-jovem-indigena-no-rs.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

CAMPBELL, J. C. et al. Risk factors for femicide in abusive relationships: results from a multisite case control study. **American Journal of Public Health**, v. 93, n. 7, p. 1089-1097, 2003. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.93.7.1089>

CARDOSO, M.; OLIVEIRA, G.; GHELLI, K. **Análise de Conteúdo: Uma Metodologia de Pesquisa Qualitativa**. Cadernos da FUCAMP, [s. l.], v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

CARDOSO, W. **Mulher é morta, e pais e irmão são baleados; ex dela é suspeito do crime**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 3 de jan. de 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/01/mulher-e-morta-em-sp-pais-e-irmao-da-vitima-tambem-sao-baleados.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS.; TAKANO CIDADANIA. (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, S. **Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números**. 1. ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%80NCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%80meros-isbn.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acessado em: 16 abr. 2025.

CERQUEIRA, D; BUENO, S. **Atlas da violência 2022**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144-dashboardviolenciamulherfinal-1.pdf>. Acessado em: 16 abr. 2025.

CERQUEIRA, D; BUENO, S. **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Acessado em: 16 abr. 2025.

CERQUEIRA, D. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. Texto para Discussão 1848. Brasília: Ipea, jul. 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2924/1/TD_1848.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2015.

CHAUÍ, M. **Ensaio ética e violência**. Revista Teoria e Debate, ano 11, n. 39, 1998.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

COLOMBO, S. **Brasileiro diz ter matado mulher que foi barriga de aluguel em Bariloche**. Folha de S. Paulo. 21 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/brasileiro-se-diz-culpado-pela-morte-de-mulher-em-bariloche.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

COSTA, A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**, 2008.

COSTA, F. **Homem é preso suspeito de matar mulher ao descobrir que estava grávida em RO.** Folha de S. Paulo. 08 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/homem-e-acusado-de-matar-mulher-ao-descobrir-que-ela-estava-gravida-em-ro.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188. Jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, P. **Suspeito de feminicídio tem bens confiscados a pedido de filhos da vítima.** Folha de S. Paulo. 12 de março de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/suspeito-de-feminicidio-tem-bens-confiscados-a-pedido-de-filhos-da-vitima.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

DUARTE, I. N.; LIMA, C.; ALVES, B. M.; SCHMIDT, R. T.; PINTANGUY, J.; SORJ, B.; COSTA, A. O.; BARROSO, C.; SARTI, C.; HOLLANDA, H. B. **Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil (Pensamento feminista brasileiro).** Bazar do Tempo. 2019. Edição do Kindle.

Engenheiro é denunciado por homicídio quintuplicado qualificado contra juíza. Folha de S. Paulo, Rio de Janeiro. 30 de dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/engenheiro-e-denunciado-por-homicidio-quintuplicado-qualificado-contra-juiza.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

Engenheiro vai a julgamento popular por feminicídio contra juíza no Rio. Folha de S. Paulo, São Paulo. 22 de jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/engenheiro-vai-a-julgamento-popular-por-feminicidio-contra-juiza-no-rio.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

Estudante de 16 anos morre estrangulada na zona leste de SP; namorado é preso. Folha de S. Paulo, São Paulo. 12 de dez. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/12/estudante-de-16-anos-morre-estrangulada-na-zona-leste-de-sp-namorado-e-preso.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** 2º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016. 338.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS - FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** Vitória – ES: FENAJ. 2007.

FERREIRA, L. **Manual Universa para jornalistas:** Boas práticas na cobertura da violência contra a mulher. Uol. 2020. Disponível em: Acesso em 16 abr 2025.

FERREIRA, L. Pouco dinheiro gasto por ministério de Damares em 2020 impacta mulheres e LGBTQ+ e gera temor sobre futuro da pasta. **Gênero e Número**, 14 jan. 2021. Disponível em: <http://www.generonumero.media/orcamento-damares-2020-mulheres-lgbt/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação:** as normas de escrita e conduta do principal jornal do país. 21. ed. São Paulo: PubliFolha, 2018.

FRACCARO, G. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo.** Brasília: Liber Livro, 2.008

GARCIA, D.. **Juíza é assassinada pelo ex-marido na véspera de Natal no Rio.** Folha de S. Paulo. Rio de Janeiro. 25 de dez. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/juiza-e-assassinada-na-vespera-de-natal-no-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

GENRO FILHO, A. **Segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 6. Edição. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

GROSSI, M. P. **Novas/Velhas violências contra a Mulher no Brasil**. Estudos Feministas, Florianópolis, n. Especial Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec, jul.-dez. 1994, p. 473-483.

HALL S. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HENRIQUE, A. **Corpo de mulher é encontrado esquartejado na Grande SP**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 26 de abr. 2021. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/04/corpo-de-mulher-e-encontrado-esquartejado-na-grande-sp.shtml>>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

HENRIQUE, A. **Mãe e filha são mortas em casa durante festa de aniversário na zona leste de SP**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 13 de out. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/10/mae-e-filha-sao-mortas-em-casa-durante-festa-de-aniversario-na-zona-leste-de-sp.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

HENRIQUE, A. **Mulher é esfaqueada dentro de bar na zona sul de SP e morre em hospital**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 22 de mai. 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/05/mulher-e-esfaqueada-dentro-de-bar-na-zona-sul-de-sp-e-morre-em-hospital.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

HENRIQUE, A. **Mulher é morta em casa com facada nas costas na zona sul de SP**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 29 de dez. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/12/mulher-e-morta-em-casa-com-facadas-nas-costas-na-zona-sul-de-sp.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

HENRIQUE, A. **Suspeito de matar a mulher após Palmeiras vencer Libertadores é solto pela Justiça**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 25 de fev. 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/02/suspeito-de-matar-a-mulher-apos-palmeiras-vencer-libertadores-e-solto-pela-justica.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

HENRIQUE, A. **Pedreiro liga para a PM após matar esposa e filha de 5 anos na Grande SP**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 11 de dez. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/12/pedreiro-liga-para-a-pm-apos-matar-esposa-e-filha-de-5-anos-na-grande-sp.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

Homem de 78 anos é preso em flagrante por morte da ex-mulher na zona sul de SP. Folha de S. Paulo, São Paulo. 26 de out. 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/10/homem-de-78-anos-e-preso-em-flagrante-por-morte-da-ex-mulher-na-zona-sul-de-sp.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

Homem esfaqueia e mata a companheira em Campinas. Folha de S. Paulo. 30 de ago. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/08/homem-esfaqueia-e-mata-a-companheira-em-campinas.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

Homem mata mulher com faca em praça de alimentação de shopping em Niterói. Folha de S. Paulo, Rio de Janeiro. 02 de jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/homem-mata-mulher-com-faca-em-praca-de-alimentacao-de-s-hopping-em-niteroi.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

Homem mata mulher grávida na frente do filho do casal em SP. Folha de S. Paulo. São Paulo. 9 de ago. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/08/homem-mata-mulher-gravida-na-frente-do-filho-do-casal-em-sp.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

IJUIIM, J. K. **A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire.** Em *Questão*, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9051>. Acesso em: 23 abr. 2025.

IJUIIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo. Florianópolis: **Verso e Reverso**, v. 31, n. 78, p. 236-246, 16 dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4013/ver.2017.31.78.07>.

IJUIIM, J. K.; KOSHIYAMA, A. M.; BORTOLI, S. R. Jornalismo e direitos humanos: população em situação de rua no Rio de Janeiro. *Animus. Revista Interamericana De Comunicação Midiática*, 18(38). 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2175497734704>.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Feminicídio - Qual o papel da imprensa?** 2016. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>. Acesso em: 23 abr 2025.

JOHNSON, M. P. Patriarchal terrorism and common couple violence: two forms of violence against women. *Journal of Marriage and Family*, v. 57, n. 2, p. 283-294, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/353683?origin=crossref>.

Jovem de 18 anos é atropelada e morta após assédio em Itajaí (SC). Folha de S. Paulo, Rio de Janeiro. 12 de out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/homem-e-preso-sob-a-suspeita-de-assediar-atropelar-e-matar-jovem-de-18-anos-em-sc.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

KELLNER, D. **A cultura da mídia.** Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001

KRUG, E. G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.** Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

KOZMINSKY, E. **Altering comprehension:** The effect of biasing titles on text comprehension. *Memory and cognition*, 5, n. 4, Julho 1977. 482-490.

MADEIRA, L.; FURTADO, B.; DILL, A.. **Vida: simulando violência doméstica em tempos de quarentena.** Texto para discussão: IPEA. Brasília, DF. N. 2633 (mar. 2021).

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A Saga dos cães perdidos.** São Paulo, 2000.

MEDINA, C. **Entrevista:** o diálogo possível - São Paulo, Ática, 2011.

MIELNICZUK, L. Características e implicações do jornalismo na Web. In: II Congresso da SOPCOM - Rumos da Sociedade da Comunicação, Lisboa, 2001. **Anais** [...]. Lisboa: SOPCOM. Disponível em: https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate.** Porto Alegre: Arquipélago Editorial. 2022. Edição do Kindle.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

Motorista confessa morte de companheira a tiros em Suzano (SP). Folha de S. Paulo, São Paulo. 21 de dez. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/12/motorista-mata-a-companheira-a-tiros-em-suzano-sp.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

OLIVEIRA, N.; RODRIGUES, V. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida:** A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. São Paulo: Drops Editora, 2021.

OLIVEIRA, J. M. D. de.; MOTT, L. (Org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Salvador: GGB, 2020.

OLIVEIRA, J. M. D. de.; MOTT, L. (Org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021**. Salvador: GGB, 2022.

ONU Mulheres Brasil. **Diretrizes Feminicídio**. Modelo de Protocolo, 2014, §137, p. 5. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

OMS. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PARK, R. E. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. **A Era Glacial do Jornalismo**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 219–246, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645012>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Coleção História do Povo Brasileiro.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências demigrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul-dez 2008.

PITOMBO, J. **PM morta na Bahia tinha medida protetiva contra ex-marido desde julho**. Folha de S. Paulo. Salvador. 6 de out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/pm-morta-na-bahia-tinha-medida-protetiva-contra-ex-marido-desde-julho.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. **Feminicídio**: Invisibilidade Mata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

RINALDI, A. **A sexualização do crime no Brasil**: um estudo sobre criminalidade feminina no contexto de relações amorosas [1890-1940]. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

ROICHMAN, C. B. C.. **Faca, peixeira, canivete**: uma análise da lei do feminicídio no Brasil. Revista Katálysis, v. 23, n. 2, p. 357–365, maio de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p357>. Acessado em: 16 abr. 2025

ROMIO, J. A. F. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, M. M. et al. (Org.). **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. p. 133-158.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

RUSSEL, D.E.H; Radford, J. **Femicide**: The Politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, 1992.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 16, p. 115–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SALLORENZO, L. **Gramática da Manipulação**: como os jornais trabalham as manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também), Belo Horizonte: Quintal, 2018

SELIGMANN-SILVA, M. Tradução como método de “disothering”: para além do colonial e do especismo. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 19-42, 22 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2317-2096.2020.20567>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/20567>.

SENADO FEDERAL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/relatorios/pesquisa-datasenado-2011-relatorio-e-tabelas-descriptivas.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Rio Grande do Sul, v.20, nº2, julho/dez. de 1995. p.71-99. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Série Jornalismo a Rigor. V.8. Florianópolis, Insular, 2014.

SMITH, J. M. Intimate partner femicide: using foucauldian analysis to track an eight stage progression to homicide. **Violence Against Women**, v. 26, n. 11, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3iR9z2c>. Acesso em: 16 abr. 2025.

STARK, E. Looking beyond domestic violence: policing coercive control. **Journal of Police Crisis Negotiations**, v. 12, n. 2, p. 199-217, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15332586.2012.725016>.

STEWART, A. Policing domestic violence: an overview of emerging issues. **Police Practice and Research: An International Journal**, v. 2, n. 4, p. 447-460, 2001.

TransGender Europe's Trans Murder Monitoring 2012: Reported deaths of 816 murdered trans persons from January 2008 until December 2011. Dados acessíveis em: <http://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/02/TvT-TMM-Tables2008-2011-en.pdf>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UN WOMEN HEADQUARTERS. **COVID-19 and ending violence against women and girls**. UN Women, 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/issue-brief-covid-19-and-ending-violence-against-women-and-girls#view>.

VAN DIJK, T. **News as discourse**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VERNIERI, S. **Invisibilidade que mata**: uma análise da abordagem de feminicídios nos portais de notícia do Piauí. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

VIVAS, F. **STF decide que proteção da Lei Maria da Penha se estende a casais homoafetivos e mulheres trans**. 09 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/22/por-unanimidade-stf-decide-que-protecao-da-leo-maria-da-penha-se-estende-a-casais-homoafetivos>. Acessado em: 16 abr. 2025.

WHO; OPAS. **COVID-19 e a violência contra a mulher**. World Health Organization, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52016/OPASBRACOV1920042_por.pdf?ua=1.

WILBERT, M. **Quando uma de nós morre**: O feminicídio no portal G1 no contexto da pandemia de Covid-19. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Disponível em: <https://midiaeduca.wordpress.com/2017/02/13/livro-para-download-teorias-da-comunicacao>. Acesso em: 23 abr 2025.